

ÍNDICE DOS ANEXOS

Anexo 1 – Orçamento de Capital

Anexo 2 – Parecer do Conselho Fiscal sobre Demonstrações Financeiras

Anexo 3 – Parecer do Conselho Fiscal sobre a proposta do Conselho de Administração para a AGO

Anexo 4 – Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência

Anexo 5 – Parecer dos Auditores Independentes

Anexo 6 – Conselho de Administração – ICVM 481- Artigo 10

Anexo 7 – Conselho Fiscal – ICVM 481- Artigo 10

ANEXO 1**ORÇAMENTO DE CAPITAL****PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA, A SER REALIZADA EM ABRIL DE 2022**

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 25, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 480, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2022, da proposta de Orçamento de Capital consolidado para o exercício de 2022, em milhares de Reais. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, incluindo o valor de R\$645.190 mil da Retenção de lucros do exercício de 2021.

Investimentos planejados para 2022

Sistema elétrico de subtransmissão	1.003.662
Sistema elétrico de distribuição (média e baixa tensão)	1.785.374
Infraestrutura e Outros	428.646
	<hr/>
	3.217.682

Antônio Carlos Velez Braga
Superintendente de Planejamento e Controle Corporativo – PP

ANEXO 2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2021 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 29-03-2022. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2021, como também com base no Relatório do Auditor Independente, sem ressalva, da Ernest & Young Auditores Independentes-EY, emitido em 29-03-2022, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

Gustavo de Oliveira Barbosa

Cláudio Morais Machado

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Fernando Scharlack Marcato

Michele da Silva Gonsales Torres

ANEXO 3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a seguinte proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se até 30 de abril de 2022, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2021, no montante de R\$1.700.541 mil e ajuste devedor de R\$38.848 mil contra Lucros Acumulados referente benefícios pós-emprego: R\$83.966 mil, relativos a 5% do lucro líquido ajustado pela reserva de incentivos fiscais, sejam alocados à conta de reserva legal; R\$911.324 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos conforme abaixo: R\$407.018 mil na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”), declarados em 23 de março, 29 de junho, 28 de setembro e 10 de dezembro de 2021; R\$504.306 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; R\$21.213 mil sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2021 em função dos investimentos realizados na região da Sudene; R\$645.190 mil sejam mantidos no patrimônio líquido na conta de reserva de retenção de lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2022. O pagamento dos dividendos será realizado até 30-12-2022, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva. Após analisarem atentamente a aludida proposta e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes às matérias, os membros do Conselho Fiscal opinam favoravelmente à sua aprovação por aquela Assembleia.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

Gustavo de Oliveira Barbosa

Cláudio Morais Machado

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Fernando Scharlack Marcato

Michele da Silva Gonsales Torres

ANEXO 4

10.1

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2021 ficará marcado na história da Cemig como um ano de transformação e de conquistas. Em paralelo à revisão do planejamento estratégico da Companhia, com o objetivo de “focar e vencer” e priorizar os investimentos em Minas Gerais, houve avanços importantes na eficiência operacional, nos resultados financeiros e na qualidade dos serviços prestados aos clientes, motivos de orgulho para todos nós que atuamos na Empresa.

No que se refere aos resultados financeiros, encerramos o ano com expressivos resultados, um lucro líquido de R\$1.701 milhão (41,51% superior a 2020) e um Ebitda de R\$3.047 (33,00% superior a 2020).

Nosso endividamento financeiro, medido pela relação dívida líquida/Lajida ajustado, foi de 1,11 vez, o que demonstra a solidez financeira da Companhia e que dá sustentação à implementação do ambicioso programa de investimentos para os próximos anos.

A eficiência operacional é uma prioridade para a Companhia. Repetimos em 2021 o resultado obtido no ano anterior de termos as nossas despesas operacionais de distribuição totalmente cobertas pelas receitas regulatórias. A implementação de medidas adicionais de eficiência, como a redução na inadimplência e enquadramento das perdas técnicas/não técnicas de energia aos limites regulatórios, também contribuiu para que o Ebitda deste ano estivesse acima da referência regulatória.

Os excelentes resultados financeiros foram ao encontro de uma qualidade cada vez maior do serviço prestado aos clientes. O DEC (índice que mede a duração das interrupções de energia) registrado foi de 9,46 horas, mais uma redução, que significa o melhor resultado da série histórica.

Esses resultados alcançados proporcionaram uma contínua melhoria da nossa classificação pelas agências de rating. Em 2021, tivemos elevação das nossas notas de crédito pela Fitch e Standard&Poors, alcançando AA+ na escala nacional brasileira, também a melhor classificação de risco da Cemig D na história.

Esse quadro coroa um ano em que foi anunciado o maior plano de investimentos da história da Companhia, uma previsão de R\$12,5 bilhões até 2025.

Buscamos a satisfação do nosso cliente na digitalização e transformação dos nossos processos de relacionamento, com uma gestão ágil, eficiente e sempre com segurança. Destaca-se que esses investimentos previstos para os próximos anos - com novas subestações e reforço da rede de distribuição - permitirão uma maior oferta e acesso à energia, fator primordial para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que são atendidas pela Companhia.

Todas essas conquistas aconteceram em um cenário particularmente desafiador, no qual a sociedade continuou a lidar com os efeitos significativos da pandemia de Covid-19, com reflexos também em nossos negócios.

10.2

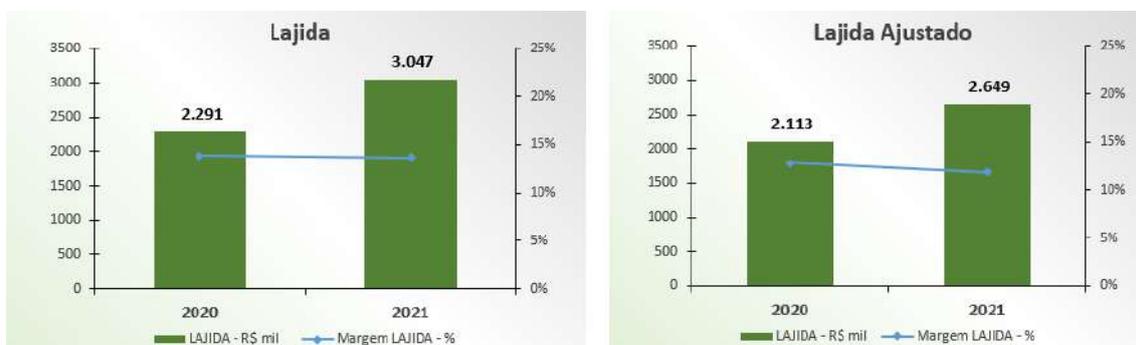
Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2021, lucro de R\$1.701 milhões em comparação a R\$1.202 milhões no exercício de 2020. As principais variações na comparação dos resultados de 2021 e 2020 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - R\$ milhões	2021	2020	Var %
Lucro líquido do exercício	1.701	1.202	41,51
Despesa com imposto de renda e contribuição social	655	430	52,33
Resultado financeiro líquido	8	(9)	-
Amortização	683	668	2,25
= Lajida (1)	3.047	2.291	33,00
Reversão das perdas esperadas com créditos do Estado de Minas Gerais (líquida das constituições)	-	(178)	-
Reversão de provisões tributárias	(89)	-	-
Baixa do saldo da obrigação pós emprego do seguro de vida (Nota 20)	(309)	-	-
= Lajida ajustado (2)	2.649	2.113	25,37

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinários.



O Lajida aumentou 33,00% em 2021 em comparação a 2020, enquanto a margem do Lajida passou de 13,88% em 2020 para 13,64% em 2021. O Lajida Ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes aumentou 25,37% no exercício de 2021, em comparação ao exercício de 2020, enquanto a sua margem passou de 12,80% em 2020 para 11,86% em 2021.

O aumento do Lajida em 2021 decorre, principalmente, do aumento de 35,33% na receita líquida do exercício em função da melhora do consumo residencial e comercial, da realização do componente financeiro referente à restituição de créditos de Pis/Pasep e Cofins aos consumidores e da maior constituição de CVA em 2021, que foram parcialmente compensados pelo aumento dos custos com energia elétrica comprada para revenda e encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema.

Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2021	2020
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos	21.713	19.174
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	1.317	266
Receita de uso da rede - consumidores livres	3.473	3.046
Constituição de CVA e outros componentes financeiros	2.146	455
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.802	1.384
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	54	15
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(71)	(51)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	453	234
Outras receitas operacionais	2.449	1.562
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(10.992)	(9.574)
	22.345	16.512

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$21.713 milhões em 2021, em comparação a R\$19.174 milhões no exercício de 2020, representando um aumento de 13,24%. Os principais impactos na receita em 2021 decorrem dos seguintes fatores:

Composição do fornecimento por classe de consumo	2021			2020			Variações (%)	
	GWh (1)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/GWh) (2)	GWh (1)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/GWh) (2)	GWh	R\$
Residencial	11.186	11.123	994	10.981	9.875	899	1,87	12,64
Industrial	1.695	1.333	786	1.773	1.229	693	(4,40)	8,46
Comércio, serviços e outros	4.143	4.613	1.113	4.384	4.075	930	(5,50)	13,20
Rural	3.944	2.557	648	3.749	2.185	583	5,20	17,03
Poder público	729	583	800	714	522	731	2,10	11,69
Iluminação pública	1.226	718	586	1.243	550	442	(1,37)	30,55
Serviço público	1.418	879	620	1.362	721	529	4,11	21,91
Subtotal	24.341	21.807	896	24.206	19.159	792	0,56	13,82
Consumo próprio	33	-	-	34	-	-	(2,94)	-
Suprimento a outras Concessionárias (3)	-	1	-	-	2	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	(95)	-	-	13	-	-	-
Total	24.374	21.713	891	24.240	19.174	791	0,55	13,24

(1) Informações sobre GWh não são auditadas pelos auditores independentes.

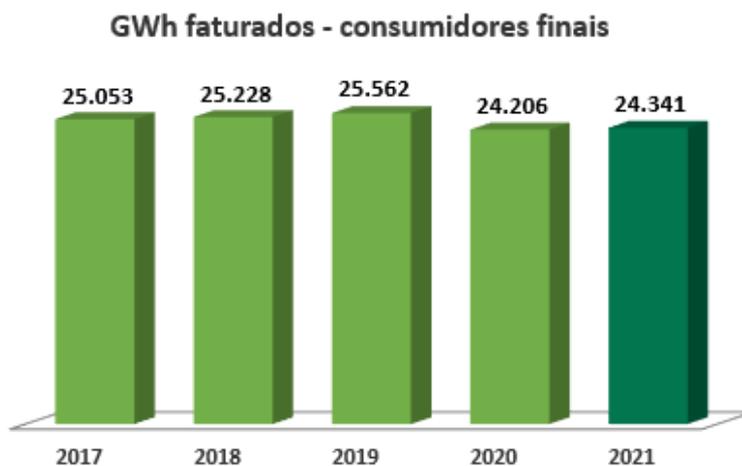
(2) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

- aumento de 5,20% na quantidade de energia vendida para os consumidores da classe rural, principalmente, pelo aumento no consumo do segmento de irrigação, em reflexo ao menor volume de chuvas em vários meses de 2021, ao comparar com o exercício de 2020;
- aumento de 4,11% na quantidade de energia vendida para a classe de serviços públicos, devido, principalmente, ao aumento do consumo ligado à captação de água, em razão do baixo volume de chuvas em vários meses de 2021;
- redução de 4,40% na quantidade de energia vendida para os consumidores industriais, em função, principalmente, da migração de consumidores cativos dessa classe para o ambiente livre. No entanto, o preço médio da energia para essa classe aumentou 14,57% em relação ao preço do exercício anterior;

- redução de 5,50% na quantidade de energia vendida para a classe de comércio e serviços, em função da expressiva migração de consumidores para a mini e microgeração distribuída, bem como para o mercado livre. Adicionalmente, essa classe ainda sofreu em 2021, de forma mais acentuada na comparação com outras classes, os impactos da redução da atividade em função da pandemia de Covid-19. Em contrapartida, o preço médio da energia para essa classe aumentou 20,43%, comparado ao preço de 2020.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:



Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2021, essa receita correspondeu ao montante de R\$3.473 milhões, comparada a R\$3.046 milhões em 2020, representando um aumento de 14,02%.

Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 10,27% na energia transportada no exercício de 2021, em comparação ao exercício anterior, tanto pelo aumento no consumo do segmento de irrigação da classe rural, quanto pela migração de consumidores comerciais para o mercado livre e também crescimento do mercado industrial em 2021 devido à recuperação da economia, conforme abaixo.

Adicionalmente, o reajuste tarifário anual da Companhia, aplicável a partir de 30 de junho de 2020, teve efeito de 10,16% sobre os consumidores livres, passando a ser de 5,74% a partir do recálculo do reajuste tarifário em 19 de agosto de 2020. E o efeito do reajuste tarifário anual de 2021, aplicável a partir de 28 de maio de 2021, foi de 2,40% sobre os consumidores livres, o que também impactou o aumento verificado.

	GWh		
	2021	2020	Var %
Industrial	20.447	18.612	9,86
Comercial	1.535	1.300	18,08
Rural	44	32	37,50
Serviço Público	4	-	-
Concessionárias	310	315	(1,59)
Total de energia transportada	22.340	20.259	10,27

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, em que se destacam a conta de desenvolvimento energético (CDE) e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

Em 2021, foi reconhecida uma receita no montante de R\$2.146 milhões, em comparação ao montante de R\$455 milhões reconhecidos em 2020. Essa variação deve-se, principalmente, à maior constituição de CVA e demais componentes financeiros no exercício de 2021, comparado ao exercício anterior, em função do aumento nos custos com energia adquirida no ambiente regulado e custos de transmissão.

Ver mais informações na nota explicativa nº 12 destas demonstrações financeiras.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$1.802 milhões em 2021, comparados a R\$1.384 milhões em 2020, demonstrando um aumento de 30,20%. Tal aumento deve-se, principalmente, à execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos da Companhia em relação ao período comparado, principalmente no segmento de subtransmissão, que se refere à expansão, reforço e reforma de alta tensão.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no exercício, em ativos da concessão.

Receita com Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) alcançaram o montante de R\$453 milhões no exercício de 2021, referentes a ofertas de energia realizadas pela Companhia no segundo semestre do ano, comparadas a R\$234 milhões no exercício anterior. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$10.992 milhões em 2021 comparados a R\$9.574 milhões em 2020, representando um aumento de 14,81% decorrente, principalmente, dos fatores destacados a seguir:

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.416 milhões no exercício de 2021, comparados a R\$2.209 milhões no exercício anterior, representando um aumento de 9,37%. Tal variação é justificada, principalmente, pelo início da cobrança da conta CDE – Conta Covid em maio de 2021.

Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$19.982 milhões em 2021, comparados a R\$14.889 milhões em 2020, representando um aumento de 34,21%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 24 destas demonstrações financeiras.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional de 2021 foi uma recuperação de despesa no montante de R\$19 milhões, em comparação a uma despesa de R\$297 milhões em 2020. Essa variação se deve, principalmente, às alterações realizadas pela Companhia no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados. A Companhia entende que cancelou, totalmente, o benefício pós-emprego e, dessa forma, realizou a baixa do saldo da obrigação em contrapartida ao resultado (mais detalhes na nota explicativa nº 20).

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$11.447 milhões em 2021, comparada a R\$8.161 milhões em 2020, um crescimento de 40,26%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 86,35% nas despesas com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$6.278 milhões no exercício de 2021, comparadas a R\$3.369 milhões no exercício de 2020. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento no custo variável dos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARs), devido ao maior despacho de usinas térmicas;
- aumento de 87,02% nas despesas com geração distribuída, sendo de R\$1.268 milhões em 2021 comparadas a R\$678 milhões em 2020. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras (115.868 em dezembro de 2021, comparada a 63.845 em dezembro de 2020) e do aumento na quantidade de energia injetada (1.919.881 MWh no exercício de 2021, comparado a 1.008.590 MWh no exercício de 2020);
- aumento de 25,15% nas despesas com contratos bilaterais, sendo de R\$418 milhões no exercício de 2021, comparadas a R\$334 milhões no exercício de 2020. Esse aumento decorre, principalmente, do reajuste anual dos contratos bilaterais do ACR;
- redução de 19,14% nas despesas com cotas das usinas de Angra I e II, sendo de R\$245 milhões no exercício de 2021, comparadas a R\$303 milhões no exercício de 2020. Essa variação decorre do reajuste financeiro anual e da redução da cota parte da Cemig, definidos por resolução, em que o valor mensal passou de R\$25,2 milhões em 2020 para R\$20,3 milhões em 2021.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 24c destas demonstrações financeiras.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$3.406 milhões em 2021, comparados a R\$1.799 milhões em 2020, representando um aumento de 89,33%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação verificada se justifica, principalmente, pela redução, no segundo trimestre de 2020, dos encargos de transmissão, de forma a contribuir para a menor saída de caixa das distribuidoras de energia no período da pandemia de Covid-19. A partir de julho de 2020, ocorreu um reajuste de aproximadamente 40% nos encargos, e em julho de 2021, após o reajuste anual, verificou-se um custo aproximadamente 17% superior ao custo de 2020.

Adicionalmente, devido ao maior despacho de usinas térmicas fora da ordem de mérito e à importação de energia para segurança energética do sistema em 2021, o custo elevado dessas térmicas e do dólar fez com que se elevasse o Encargo de Serviços do Sistema (CCEE-ESS), que também compõe essa rubrica.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 12b destas demonstrações financeiras.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$198 milhões em 2021 comparadas a R\$272 milhões em 2020, representando uma redução de 27,21%. As principais variações que explicam essa redução são:

- variação nas provisões para contingências tributárias, que apresentou reversão líquida de R\$18 milhões no exercício de 2021, em comparação a uma constituição líquida de R\$41 milhões no exercício de 2020. Esta variação decorre, dentre outros fatores, de decisão favorável obtida pela Companhia em um dos processos administrativos referentes à PLR das competências de janeiro a outubro de 2010, que resultou no cancelamento dos débitos tributários, conforme cálculos efetuados pela Receita Federal;
- redução de 97,50% nas provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida de R\$1 milhões no exercício de 2021, em comparação a R\$40 milhões em 2020. A redução dessas provisões decorre, principalmente, do avanço no recálculo das ações trabalhistas conforme a decisão do STF, a qual definiu que a correção aplicada aos débitos trabalhistas deve observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a aplicação da taxa Selic, afastando a aplicabilidade da Taxa Referencial (TR) aos débitos trabalhistas em geral.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2021 foi uma despesa financeira de R\$8 milhões, comparada a uma receita financeira líquida de R\$9 milhões em 2020. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 100,70% na despesa com variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo de R\$285 milhões no exercício de 2021, comparada a R\$142 milhões no exercício de 2020. Esta variação decorre, principalmente, da variação do IPCA, principal indexador utilizado para a atualização monetária das dívidas da Companhia, que apresentou uma variação de 10,06% em 2021, comparada à variação de 4,52% no mesmo período de 2020;
- aumento de 31,58% nos encargos de variação monetária - Forluz, tendo sido de R\$50 milhões no exercício de 2021, comparada a R\$38 milhões em 2020. Esse aumento decorre, principalmente, da variação do IPCA, indexador utilizado para a atualização monetária das dívidas com a Forluz, que apresentou uma variação de 10,06% no exercício de 2021, comparada à variação de 4,52% no exercício anterior;
- aumento de 16,15% nas receitas com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$453 milhões no exercício de 2021, comparadas a R\$390 milhões em 2020. Essa variação deve-se, basicamente, aos efeitos adversos da pandemia de Covid-19 sobre a renda das famílias;
- aumento de 100,00% no resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo uma receita financeira de R\$64 milhões em 2021, comparada a R\$32 milhões em 2020. Essa variação se deve, basicamente, ao aumento da taxa Selic, indexador do saldo, atrelada à maior constituição de CVA e demais componentes financeiros no exercício de 2021, comparado ao exercício anterior.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, em 2021, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$655 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$2.355 milhões. Em 2020, a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$430 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$1.632 milhões.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9c das demonstrações financeiras.

Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(a) Resultado das operações do emissor, em especial:

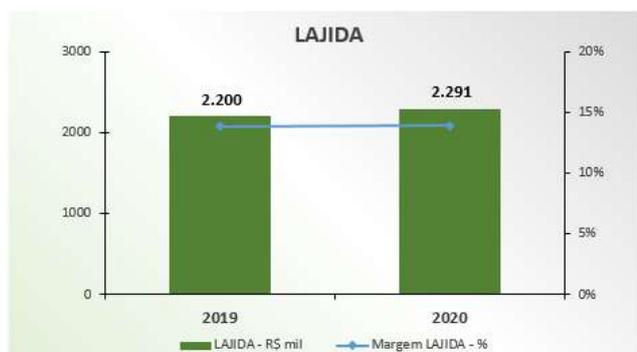
i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A CEMIG Distribuição S.A. (“CEMIG D” ou “Companhia”) apresentou, no exercício de 2020, lucro de R\$1.202 milhões em comparação a R\$1.644 milhões no exercício de 2019. As principais variações na comparação dos resultados de 2020 e 2019 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - R\$ milhões	2020	2019	Var %
Lucro líquido do exercício	1.202	1.644	(26,89)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	430	806	(46,65)
Resultado financeiro líquido	(9)	(902)	(99,00)
Amortização	668	652	2,45
= Lajida (1)	2.291	2.200	4,14
Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	(830)	-
Reversão das perdas esperadas com créditos do Estado de Minas Gerais (líquida das constituições)	(178)	-	-
Provisões Tributárias - INSS s/ PLR	-	764	-
= Lajida ajustado (2)	2.113	2.134	(0,97)

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinários.



O Lajida aumentou 4,14% em 2020 em comparação a 2019, enquanto a margem do Lajida passou de 13,82% em 2019 para 13,88% em 2020. O Lajida Ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes aumentou 0,97% no exercício de 2020, em comparação ao exercício de 2019, enquanto a sua margem passou de 13,41% em 2019 para 12,80% em 2020.

O aumento do Lajida em 2020 decorre, principalmente, da realização do componente financeiro referente à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores, somada ao aumento da receita com uso da rede relacionada a clientes livres e receita com transação no Mecanismo de Venda de Excedentes.

O aumento pouco expressivo do Lajida Ajustado, no entanto, decorre, principalmente, do aumento de 9,42% na receita líquida, excluído o efeito não recorrente do reconhecimento, em 2019, de receita referente a ICMS sobre PIS/Pasep e Cofins no montante de R\$830 milhões, compensado pelo aumento de 11,12% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos não recorrentes.

Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2020	2019
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos	19.174	19.967
Componente financeiro referente à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	266	-
Receita de uso da rede - consumidores livres	3.046	2.747
Constituição de CVA e outros componentes financeiros	455	58
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.384	936
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	234	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	15	18
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(51)	(58)
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	830
Outras receitas operacionais	1.562	1.462
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(9.574)	(10.041)
	16.511	15.919

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$19.174 milhões em 2020, em comparação a R\$19.967 milhões, no exercício de 2019. Os principais impactos na receita em 2020 decorrem dos seguintes fatores:

- Reajuste tarifário anual da CEMIG D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 8,73%, aplicável a partir de 28 de maio de 2019 (efeito integral até 30 de junho de 2020);
- Redução de 5,30% no volume de energia vendida para consumidores finais.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:



Composição do fornecimento por classe de consumo	GWh*		
	2020	2019	Var %
Residencial	10.981	10.538	4,20
Industrial	1.773	2.383	(25,60)
Comércio, serviços e outros	4.384	5.215	(15,93)
Rural	3.749	3.792	(1,13)
Poder público	714	905	(21,10)
Iluminação pública	1.243	1.357	(8,40)
Serviço público	1.362	1.372	(0,73)
Subtotal	24.206	25.562	(5,30)

*As informações em GWh não são auditadas pelos auditores independentes.

As principais variações na quantidade de energia vendida, por classe de consumo, são:

- redução de 25,60% na quantidade de energia vendida para os consumidores industriais, em função, principalmente, da migração de consumidores cativos dessa classe para o ambiente livre e também da reclassificação de consumidores para as classes comercial e residencial;
- redução de 15,93% na quantidade de energia vendida para a classe de comércio e serviços, em função, principalmente, dos efeitos da pandemia de Covid-19, com estabelecimentos comerciais e de serviços não essenciais total ou parcialmente fechados ou com atividades presenciais reduzidas, além da expressiva migração de consumidores para o mercado livre e para a mini e microgeração distribuída;
- redução de 21,10% na quantidade de energia vendida para os consumidores do poder público, principalmente, devido aos efeitos da pandemia de Covid-19, com as instituições de ensino com aulas presenciais suspensas e os órgãos públicos com atividades presenciais reduzidas ou paralisadas;
- aumento de 4,20% na quantidade de energia vendida para consumidores residenciais, principalmente pelo crescimento de 2,1% no número de consumidores nesta classe, bem como aumento no consumo médio mensal devido ao maior tempo de permanência das pessoas nas residências durante a pandemia de Covid-19.

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2020, essa receita correspondeu ao montante de R\$3.046 milhões, comparada a R\$2.747 milhões em 2019, representando um aumento de 10,88%.

Esta variação decorre, principalmente, do reajuste tarifário anual da Companhia, de 15,47%, aplicável a partir de 28 de maio de 2019 (efeito integral em 2020), somados aos impactos do reajuste tarifário anual da Companhia, aplicável a partir de 30 de junho de 2020, de 5,74% para os consumidores livres.

Adicionalmente, verificou-se um aumento de 4,42% da energia transportada no exercício de 2020, em comparação ao exercício anterior.

	GWh		
	2020	2019	Var %
Industrial	18.612	17.723	5,02
Comercial	1.300	1.320	(1,52)
Rural	32	17	88,24
Concessionárias	315	342	(7,89)
Total de energia transportada	20.259	19.402	4,42

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, em que se destacam a conta de desenvolvimento energético (CDE) e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da CEMIG D.

Em 2020, foi reconhecida uma receita no montante de R\$455 milhões, em comparação ao montante de R\$58 milhões reconhecidos em 2019. Este aumento na constituição de receitas de CVA em relação ao exercício anterior deve-se, principalmente, ao aumento nos custos com compra de energia de Itaipu, indexada ao dólar, e custo de transmissão em percentuais superiores aos valores que foram reconhecidos na tarifa.

Ver mais informações na nota explicativa nº 12 das demonstrações financeiras.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$1.384 milhões em 2020, comparados a R\$936 milhões em 2019, demonstrando um aumento de 47,86%. Tal aumento deve-se, principalmente, à execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos da Companhia em relação ao ano anterior.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no exercício, em ativos da concessão.

Receita com Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) alcançaram o montante de R\$234 milhões no exercício de 2020, referentes a ofertas de energia realizadas pela Companhia no final de 2019. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

O reconhecimento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS em 2019, no montante de R\$830 milhões, resulta do êxito em ação na qual a Companhia questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, com efeitos retroativos a julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 8 das demonstrações financeiras.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$9.574 milhões em 2020 comparados a R\$10.041 milhões em 2019, representando redução de 4,65% decorrente, principalmente, dos fatores destacados a seguir:

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas.

Os encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias foram de R\$149 milhões em 2020, em comparação a R\$294 milhões em 2019, representando uma redução de 49,32%.

Esta variação decorre do acionamento da bandeira amarela somente para os meses de dezembro de 2019 (com impacto no faturamento de janeiro de 2020) e janeiro de 2020, não havendo acionamento de bandeira nos demais meses do ano. A Aneel suspendeu, em caráter excepcional e temporário, a aplicação sistemática de acionamento do sistema de Bandeiras Tarifárias e fixou bandeira verde em 2020, até o final do ano.

Em 2019, foi acionada bandeira amarela nos meses de maio, julho e outubro (com impacto nos faturamentos de junho, agosto e novembro de 2019, respectivamente), e bandeira vermelha em agosto e setembro de 2019, o que fez com que os encargos do ano ficassem maiores.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$14.889 milhões em 2020, comparados a R\$14.371 milhões em 2019, representando um aumento de 3,6%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 24 das demonstrações financeiras.

Participação de empregados e administradores no resultado

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R\$92 milhões em 2020, comparada a R\$183 milhões em 2019. Esta variação decorre, basicamente, da alteração nos critérios para cálculo da participação nos períodos em comparação, conforme disposto nos acordos coletivos relativos ao Programa de Participações nos Lucros e Resultados da CEMIG de 2019 e 2020.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$8.161 milhões em 2020, comparada a R\$7.517 milhões em 2019, um crescimento de 8,57%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Aumento de 39,26% nas despesas com energia elétrica de Itaipu, sendo de R\$1.990 milhões no exercício de 2020, comparadas a R\$1.429 milhões no exercício de 2019, justificado, principalmente, pelo aumento de 31,8% do dólar médio nos exercícios comparados (R\$5,23 no exercício de 2020 e R\$3,97 em 2019) e pelo aumento no preço em dólar da energia, sendo US\$28,41/KW para o exercício de 2020 comparado a US\$27,71/KW para 2019;
- Aumento de 10,35% nas despesas com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$3.369 milhões no exercício de 2020, comparadas a R\$3.053 milhões no exercício de 2019. Esse aumento decorre, basicamente, do incremento no volume de energia adquirida;
- Aumento de 227,54% nas despesas com geração distribuída, sendo de R\$678 milhões em 2020 comparadas a R\$207 milhões em 2019. Essa variação decorre do aumento do número de instalações geradoras (63.845 em dezembro de 2020, comparada a 31.172 em dezembro de 2019) e do aumento na quantidade de energia injetada (1.008.589.663 MWh no exercício de 2020, comparado a 412.290.475 MWh em 2019);
- Redução de 40,47% nas despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$1.056 milhões em 2020, comparadas a R\$1.774 milhões em 2019. O resultado da energia de curto prazo representa o saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Essa redução decorre, principalmente, da redução de 22,06% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD), apresentando valor médio de R\$177,00/MWh no exercício de 2020 comparado a R\$227,10/MWh em 2019, aliada à posição credora assumida pela Companhia em todo o exercício de 2020, que, em decorrência da redução do consumo verificada pelo atual contexto de pandemia de Covid-19, se tornou superior à posição assumida em 2019.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 24c das demonstrações financeiras.

Encargos de uso da rede básica de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$1.799 milhões em 2020, comparados a R\$1.459 milhões em 2019, representando um aumento de 23,3%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação verificada se justifica, principalmente, pelo reajuste anual dos encargos de uso da rede básica, normalmente realizado no mês de julho de cada ano, que representou um aumento de aproximadamente 27,4% em 2020, comparado com 2019.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 12b das demonstrações financeiras.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$272 milhões em 2020 comparadas a R\$1.101 milhões em 2019, representando uma redução de 75,3%. As principais variações que explicam essa variação são:

- Redução de 32,16% nas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), que apresentaram constituição líquida de R\$135 milhões no exercício de 2020, em comparação a R\$199 milhões em 2019. Esta variação é justificada pela reversão, em 2020, de R\$210 milhões das perdas, devido ao acordo com o Governo do Estado para compensação das dívidas de energia elétrica com ICMS a pagar pela Companhia. Mais informações vide nota explicativa nº 7 das demonstrações financeiras.
- Redução de 94,69% nas provisões para contingências tributárias, que apresentou constituição líquida de R\$41 milhões no exercício de 2020, em comparação a R\$772 milhões em 2019. Esta variação se deve, basicamente, aos valores registrados em 2019, no montante de R\$764 milhões, referentes às ações que discutem a incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de participações nos lucros e resultados (PLR) sem a pactuação prévia das metas de indicadores de produtividade. Mais detalhes na nota explicativa nº 21 das demonstrações financeiras;
- Redução de 56,52% nas provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida de R\$40 milhões no exercício de 2020, em comparação a R\$92 milhões em 2019. A redução dessas provisões decorre, principalmente, dos efeitos estimados pela decisão do STF, na qual definiu-se que a correção aplicada aos débitos trabalhistas deve observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a aplicação da taxa Selic, afastando a aplicabilidade da Taxa Referencial (TR) aos débitos trabalhistas em geral;
- Aumento de 78,26% nas provisões para contingências cíveis, que apresentou constituição líquida de R\$41 milhões no exercício de 2020, em comparação a R\$23 milhões em 2019. Esta

variação decorre, principalmente, do provisionamento de processos relativos à responsabilidade civil, os quais discutem o pagamento de indenizações por danos morais, materiais e estéticos devido a acidentes que envolveram a rede elétrica operada pela Companhia.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2020 foi uma receita financeira de R\$9 milhões comparada a uma receita financeira líquida de R\$902 milhões em 2019. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução de 97,58% na receita com atualização de créditos de PIS/Pasep e Cofins, sendo R\$25 milhões no exercício de 2020, comparada a R\$1.034 milhões em 2019. Essa variação decorre do reconhecimento, em 2019, da atualização monetária dos créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, conforme nota explicativa nº 8a das demonstrações financeiras.
- Redução de 69,52% no resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo uma receita financeira de R\$32 milhões em 2020, comparada a R\$105 milhões em 2019. Essa variação se deve, basicamente, à queda da taxa Selic, indexador do saldo, atrelada ao menor valor homologado no reajuste tarifário de 2020, em relação ao valor homologado no ano anterior;
- Aumento de 56,04% na despesa de variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures, tendo sido de R\$142 milhões no exercício de 2020, comparada a R\$91 milhões em 2019. Essa variação deve-se, principalmente, ao crescimento do estoque médio anual da dívida lastreada ao IPCA de 2019 para 2020, em função da 2ª série da 7ª emissão de debêntures em julho de 2019.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, em 2020, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$430 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$1.632 milhões. Em 2019, a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$806 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$2.450 milhões.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9c das demonstrações financeiras.

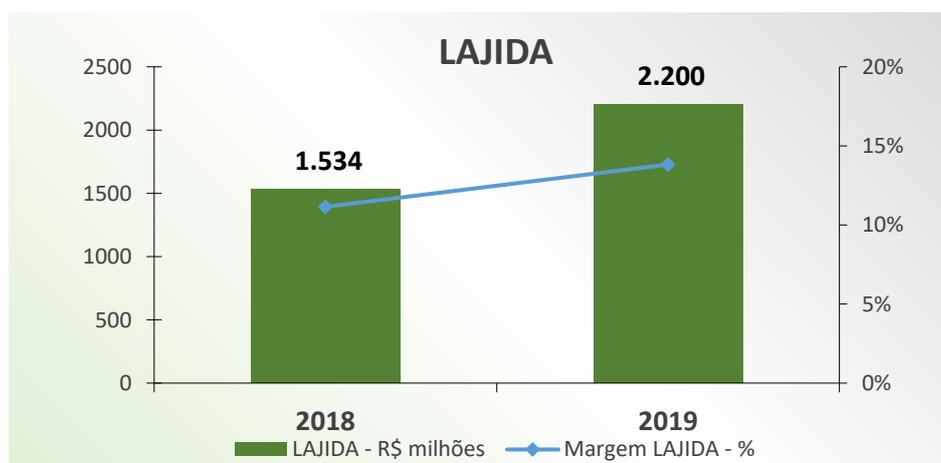
Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

A CEMIG D apresentou, no exercício de 2019, lucro de R\$1.644 milhões em comparação a R\$535 milhões no exercício de 2018. As principais variações na comparação dos resultados de 2019 e 2018 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA - milhões	2019	2018	Var %
Resultado do exercício	1.644	535	207,29
Despesa (benefício) de IR e contribuição social	806	217	271,43
Resultado financeiro líquido	(902)	187	-
Amortização	652	595	9,58
= LAJIDA	2.200	1.534	43,42

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.



O crescimento do LAJIDA em 2019 em comparação a 2018 deve-se, principalmente, ao reconhecimento de receita, no montante R\$830 milhões, referente a ICMS sobre PIS/Pasep e Cofins, conforme nota explicativa nº 9 das demonstrações financeiras.

Em linha com o crescimento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 11,15% em 2018 para 13,82% em 2019.

Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

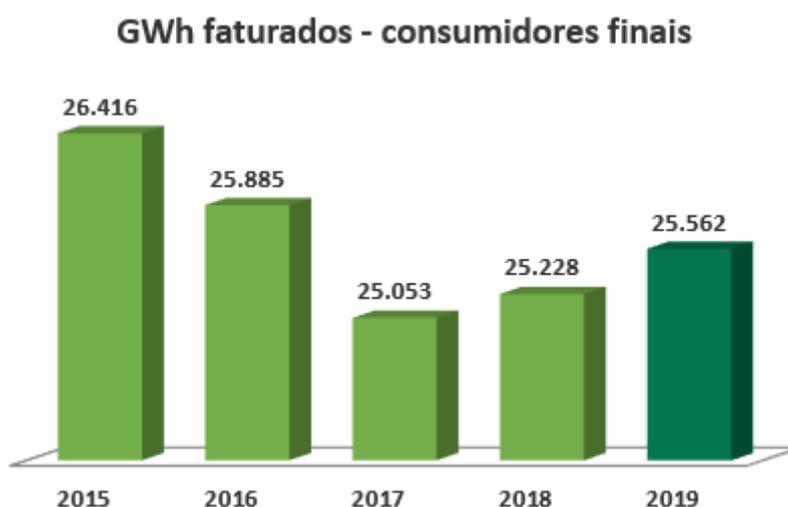
	2019	2018
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos	19.967	17.885
Receita de uso da rede - consumidores livres	2.747	2.067
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros	58	1.973
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	936	757
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	18	-
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(58)	(44)
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (nota 9)	830	-
Outras receitas operacionais	1.462	1.345
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(10.041)	(10.226)
	15.919	13.757

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$19.967 milhões em 2019, em comparação a R\$17.885 milhões, no mesmo período de 2018, representando aumento de 11,64%. Os principais impactos na receita em 2019 decorrem dos seguintes fatores:

- Reajuste tarifário anual da CEMIG D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 8,73%, aplicável a partir de 28 de maio de 2019;
- Reajuste tarifário anual da CEMIG D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 23,19%, aplicável a partir de 28 de maio de 2018 (efeito integral em 2019);
- Aumento de 1,32% no volume de energia vendida para consumidores finais.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:



Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh*		
	2019	2018	Var %
Residencial	10.538	10.266	2,65
Industrial	2.383	2.588	(7,92)
Comércio, serviços e outros	5.215	5.190	0,48
Rural	3.792	3.614	4,93
Poder público	905	871	3,90
Iluminação pública	1.357	1.384	(1,95)
Serviço público	1.372	1.315	4,33
Total	25.562	25.228	1,32

*As informações em MWh não são revisadas pelos auditores independentes.

As principais variações na quantidade de energia vendida, por classe de consumo, são:

- Aumento de 4,93% na quantidade de energia vendida para consumidores rurais em função, principalmente, de fatores climatológicos (menores volumes de chuvas e altas temperaturas) no início de 2019;
- Aumento de 2,65% na quantidade de energia vendida para consumidores residenciais, 3,90% para o Poder Público e 4,33% para o Serviço Público devido, principalmente, à incorporação de novas unidades consumidoras;
- Redução de 7,92% na quantidade de energia vendida para os consumidores industriais, em função, principalmente, da migração de consumidores cativos dessa classe para o ambiente livre e também da reclassificação de consumidores para as classes comercial e residencial.

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2019, essa receita correspondeu ao montante de R\$2.747 milhões, comparada a R\$2.067 milhões em 2018, representando um crescimento de 32,90%. Esta variação decorre, principalmente, dos reajustes tarifários anuais, sendo o reajuste aplicado a partir de 28 de maio de 2018 (efeito integral em 2019), com impacto de aproximadamente 17,44%, e o aplicado a partir de 28 de maio de 2019 com impacto médio de 17,28% para os clientes livres.

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético (CDE) e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da CEMIG D.

Em 2019, reconheceu-se como receita o montante de R\$58 milhões, a serem repassados à Companhia, representando uma redução de 97,06% em relação ao montante de R\$1.973 milhões reconhecidos em 2018. A variação resulta, essencialmente, da natureza gráfica da conta de CVA, que pode assumir posição de despesa ou receita, a depender da oscilação dos custos não

gerenciáveis incorridos no período em relação àqueles homologados pelo órgão regulador para composição da tarifa.

Esta variação decorre também dos menores custos com energia em 2019, em relação a 2018, devido ao aumento do GSF, o que representa menor exposição da Companhia ao risco hidrológico, aliado à redução do PLD médio em relação ao mesmo período do ano anterior, o que gerou um menor ativo financeiro a ser repassado à Companhia através do próximo reajuste tarifário.

Ver mais informações na nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$936 milhões em 2019, comparados a R\$757 milhões em 2018, demonstrando um aumento de 23,65%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no exercício, em ativos da concessão.

Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, no montante de R\$830 milhões, resultam do êxito em ação na qual a Companhia questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, com efeitos retroativos a julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 9 das demonstrações financeiras.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$10.041 milhões em 2019 comparados a R\$10.226 milhões em 2018, representando redução de 1,81% decorrente dos fatores destacados a seguir:

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda, carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.213 milhões em 2019, comparados a R\$2.450 milhões em 2018, o que representou uma redução de 9,67%. Esta redução é justificada pela antecipação da quitação do saldo devedor da conta Ambiente de Contratação Regulada (Conta ACR) em setembro de 2019 e pelo encerramento do recolhimento das quotas de CDE - Energia em março de 2019.

A Conta ACR foi criada pelo Governo Federal em 2014 com o objetivo de cobrir, total ou parcialmente, as despesas das distribuidoras de energia elétrica pela exposição involuntária no mercado de curto prazo ("MCP") e pelo despacho de usinas termelétricas vinculadas aos CCEAR (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado) por disponibilidade.

A quota de CDE - Energia é relativa ao ressarcimento do fundo CDE pelos recursos repassados às concessionárias de distribuição em 2013 para cobrir os gastos extraordinários de energia decorrentes da falta de lastro contratual e da condição hidrológica desfavorável. As quotas de CDE - Energia foram pagas apenas pelas distribuidoras que receberam recursos em 2013, com o repasse às tarifas de energia pagas pelos consumidores cativos. O ressarcimento teve início em 2015 e se encerrou em março de 2019.

Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas. A bandeira vermelha é classificada em patamares 1 e 2, sendo o patamar 2 acionado quando da maior criticidade do nível dos reservatórios. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente.

Os encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias foram de R\$294 milhões em 2019, em comparação a R\$654 milhões em 2018, representando uma redução de 55,05%.

Esta variação decorre, principalmente, do acionamento de bandeiras menos onerosas aos consumidores em 2019, em comparação a 2018, consequência do melhor regime hidrológico deste ano. Em 2019, operou-se com bandeira vermelha patamar 1 em 3 (três) meses, enquanto em 2018 operou-se 1 (um) mês com bandeira vermelha patamar 1 e 5 (cinco) meses com bandeira vermelha patamar 2.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$14.371 milhões em 2019, comparados a R\$12.818 milhões em 2018, representando um crescimento de 12,11%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas em nota explicativa nº 24 das demonstrações financeiras.

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$869 milhões em 2019 comparados a R\$965 milhões em 2018, representando uma redução de 9,95%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Despesas com o programa de desligamento voluntário programado no montante de R\$15 milhões em 2019 em comparação a R\$51 milhões em 2018;
- Reajuste salarial de 2,55% a partir de novembro de 2019 em função de Acordo Coletivo;
- Reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2018 em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2019);
- Redução de 1,30% no número médio de empregados, sendo 4.342 em 2019 em comparação a 4.399 em 2018.

Participação de empregados e administradores no resultado

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R\$183 milhões em 2019, comparada a R\$51 milhões em 2018. Esta variação decorre do crescimento do resultado consolidado da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), controladora da CEMIG D, base de cálculo para o pagamento da participação, tendo em vista que os acordos coletivos da CEMIG D, CEMIG Geração e Transmissão S.A. (“CEMIG GT”) e CEMIG são unificados.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$1.016 milhões em 2019, comparada a R\$880 milhões em 2018, um crescimento de 15,45%. Os principais impactos decorrem dos fatores abaixo, relacionados basicamente a uma priorização de ações e dispêndios pela Companhia visando à redução nas interrupções de energia e melhoria da qualidade de atendimento aos seus consumidores:

- Aumento de 23,55% nas despesas com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, sendo de R\$362 milhões no exercício de 2019, comparados a R\$293 milhões no exercício de 2018;
- Aumento de 54,05% nas despesas com conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros sendo R\$57 milhões no exercício de 2019, comparados a R\$37 milhões no exercício de 2018;
- Aumento de 64,29% nas despesas com podas de árvores sendo R\$46 milhões no exercício de 2019, comparados a R\$28 milhões no exercício de 2018.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$7.517 milhões em 2019, comparada a R\$7.238 milhões em 2018, um crescimento de 3,85%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Aumento de 18,58% nas despesas com compra de energia de curto prazo, sendo o resultado da energia de curto prazo representado pelo saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Em 2019, o resultado líquido foi despesa de R\$1.774 milhões, comparados a R\$1.496 milhões em 2018. A variação decorre, principalmente, da redução de 64,91% na quantidade de energia liquidada na CCEE em 2019, sendo de 652.539 MWh em 2019, comparada a 1.859.448 MWh em 2018;
- Redução de 10,13% nas despesas com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$3.053 milhões no exercício de 2019, comparado a R\$3.397 milhões no exercício

de 2018. Essa redução decorre da substituição, em 2019, de contratos com preços mais altos por outros menos onerosos;

- Aumento de 8,17% nas despesas com energia adquirida através de contratos por cotas de garantia física, que foram de R\$755 milhões em 2019 comparado a R\$698 milhões em 2018. Esta variação se deve, principalmente, ao aumento de 12,02% no preço médio de MWh (R\$101,67 em 2019 e R\$90,76 em 2018).

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 25c das demonstrações financeiras.

Encargos de uso da rede básica de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$1.459 milhões em 2019, comparados a R\$1.463 milhões em 2018.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$1.101 milhões em 2019 comparados a R\$290 milhões em 2018, representando um aumento de 279,66%. As principais variações que explicam este aumento são:

- Variação das provisões para contingências tributárias, que representou constituição líquida de R\$772 milhões em 2019, em comparação à reversão de R\$2 milhões em 2018. Esta variação decorre, basicamente, do reconhecimento, no 3º trimestre de 2019, de provisão relativa a processos administrativos e judiciais instaurados contra a Companhia, no montante de R\$764 milhões, nos quais se discute a incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de participações nos lucros e resultados (PLR) sem a pactuação prévia das metas de indicadores de produtividade. Mais detalhes na nota explicativa nº 22 das demonstrações financeiras;
- Variação das provisões para contingências trabalhistas, que representou constituição líquida de R\$92 milhões em 2019, em comparação a R\$24 milhões em 2018. Esta variação decorre, principalmente, de novas ações e reavaliação da probabilidade de perda de ações existentes, devido, sobretudo, a recentes decisões desfavoráveis. Adicionalmente, foi realizado o reconhecimento da diferença de aplicação do índice de correção monetária, de TR para IPCA-E, para as ações trabalhistas onde se discutem dívidas entre o período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, que estão em fase de execução avançada e com probabilidade de perda provável, devido à decisão recente do Tribunal Regional do Trabalho

da 3ª Região (Minas Gerais) para aplicação da decisão do Tribunal Superior do Trabalho pelo IPCA-E. Mais informações na nota explicativa nº 22 das demonstrações financeiras;

- Em contrapartida, houve redução de 26,57% na provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), sendo uma despesa no montante de R\$199 milhões em 2019, em comparação a R\$271 milhões em 2018. Essa variação decorre de iniciativas de renegociação de débitos vencidos realizada pela Companhia, neste ano, junto aos seus clientes. Adicionalmente, contribuiu para tal redução a adaptação da premissa de mensuração do histórico de inadimplência adotada pela Companhia na metodologia de apuração da PECLD, com o intuito de adequar a modelagem da matriz de provisão ao comportamento das dívidas dos seus clientes. Mais informações em "Desempenho de Nossos Negócios", trecho sob mesmo título "Provisões operacionais" nas demonstrações financeiras.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2019 foi uma receita financeira líquida de R\$902 milhões comparada a uma despesa financeira líquida de R\$187 milhões em 2018. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Reconhecimento, em 2019, de receita financeira no montante de R\$1.034 milhões referente à atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, conforme nota explicativa nº 9 das demonstrações financeiras;
- Aumento do resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo uma receita financeira líquida de R\$105 milhões em 2019, comparada a R\$62 milhões em 2018. Essa variação decorre do maior montante homologado no reajuste tarifário de 2019, comparado ao montante homologado no reajuste tarifário anterior. Os saldos ativos e passivos de CVA são atualizados pela Selic. Vide mais informações na nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

A CEMIG D apurou, em 2019, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$806 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$2.450 milhões. Em 2018, a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$217 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$752 milhões.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais em notas explicativa nº 9 das demonstrações financeiras.

A Cemig D, em conjunto com as demais empresas do grupo Cemig, assumiu papel de protagonismo na pandemia, reforçando sua vocação de empresa com forte responsabilidade social. Priorizamos o atendimento sem interrupção aos hospitais e demais serviços públicos, além da firme adesão ao movimento da sociedade civil “Unidos Pela Vacina”, de colaboração efetiva com o processo de vacinação da população de Minas Gerais, apoiando de forma direta 425 municípios.

A atuação da Cemig D se deu por meio da participação voluntária de seus empregados no apoio ao transporte e deslocamento, com veículos da Companhia, de profissionais de diversos municípios para levar vacinas a regiões rurais, a pessoas acamadas, além da doação de insumos, com o propósito de ajudar a promover o acesso à vacina para o combate à Covid-19 em municípios do Estado.

A segurança e saúde das pessoas que trabalham para a Companhia também foram um ponto primordial, sendo observados de forma rigorosa os protocolos estabelecidos. Infelizmente, mesmo com a adoção de tais práticas, ainda houve a perda de colaboradores em função da pandemia, o que nos traz pesar e sentimento de solidariedade para com as famílias.

Estamos determinados em prosseguir com práticas sustentáveis em nossas operações, criando valor para os nossos acionistas e contribuindo para o bem-estar da sociedade. A Cemig, nossa controladora, é a única empresa do setor elétrico fora da Europa a fazer parte do índice Dow Jones de Sustentabilidade (de forma consecutiva há 22 anos), que selecionou apenas 7 empresas do setor no mundo, além de termos posição de destaque em vários outros *ratings* de sustentabilidade nacionais e internacionais. A Cemig também é a maior incentivadora da cultura em Minas Gerais.

O ano de 2022 traz desafios adicionais relacionados à conjuntura internacional e nacional e ainda aos efeitos da pandemia, que esperamos que possam ser amenizados em função do avanço da vacinação da população. Mas os expressivos resultados obtidos nos últimos anos, resultado do compromisso da Administração e talento das pessoas que trabalham na Cemig D, nos permitem ser otimistas com relação ao futuro da Empresa.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas pelo esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig D como empresa de relevância e destaque no setor elétrico brasileiro.

(b) Estrutura de capital

Os Diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada para desenvolvimento das suas atividades, compreendendo, em 31 de dezembro de 2021, um endividamento bruto de R\$4.247 milhões, sendo 21% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 79% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2020, o endividamento bruto era de R\$5.097 milhões, sendo 23% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 77% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2019, o endividamento era de R\$5.795 milhões, sendo 16% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 84% representado por dívidas de longo prazo. As alterações verificadas entre os anos de 2021, 2020 e 2019 se devem às amortizações ocorridas ao longo desses anos, que permitiram à Companhia reduzir o montante da sua dívida. Não houve captação de novos recursos em 2021. Pode-se dizer que o endividamento da Companhia tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que lhe confere liquidez e flexibilidade operacional para implementar seu plano de investimento.

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (tabela abaixo). A companhia define como dívida líquida o somatório das obrigações financeiras de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) e de TVM (Títulos e Valores Mobiliários).

Estrutura de capital:

Valores em R\$ milhões

Ano	Dívida Líquida (DL)	Patrimônio Líquido (PL)	PL+DL (Capitalização)	DL/(PL+DL)
2019	5.450	4.708	10.158	53,7%
2020	1.862	6.022	7.884	23,6%
2021	3.637	6.943	10.580	34,4%

Os Diretores da Companhia destacam que as alterações verificadas entre os anos de 2020 e 2021 se devem a um aumento da reserva de lucros no patrimônio líquido, fruto de retenção de resultados de anos anteriores. Já as alterações verificadas entre os anos de 2019 e 2020 se devem a um aumento da reserva de lucros no patrimônio líquido e de uma posição de caixa mais robusta. Em 2019 ocorreu também a conversão do AFAC (Adiantamento para futuro aumento de capital) em Capital Social, de R\$2.600 milhões. Desta forma, o Capital Social da Companhia em 2019 passou de R\$2.772 milhões, para R\$5.372 milhões.

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia podem ser obtidas nos itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Valores em R\$ milhões

Ano	Lajida (CVM 527/2012)	Saldo de caixa + TVM	Dívida líquida	Dívida líquida / Lajida
2019	2.200	345	5.450	2,48
2020	2.291	3.236	1.862	0,81
2021	3.047	610	3.637	1,19

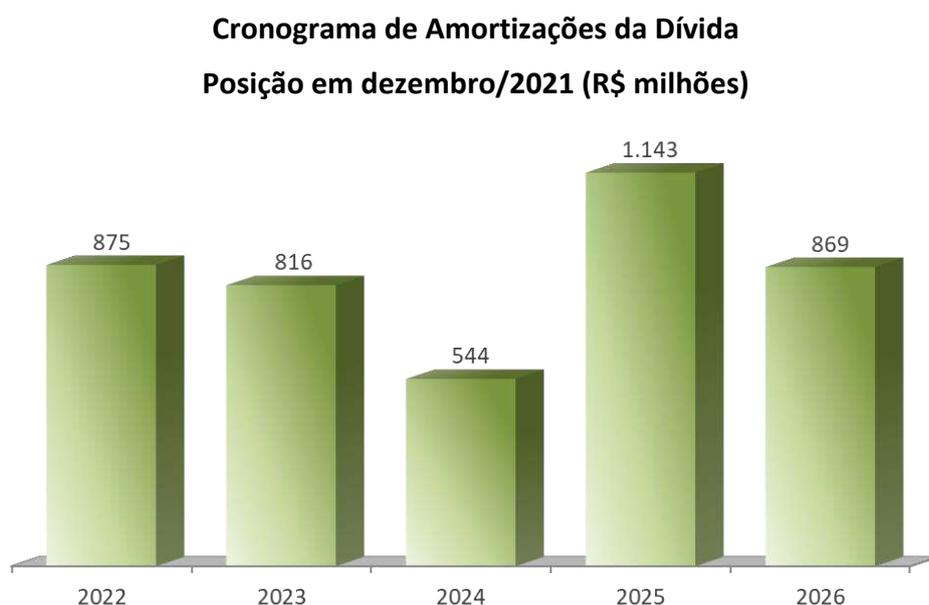
Os Diretores destacam que a capacidade de geração de caixa da Companhia, medida pelo Lajida, teve um acréscimo de 33,0% em 2021 quando comparado com 2020 devido principalmente, ao aumento de 35,3% na receita líquida do exercício em função do aumento do consumo residencial e comercial, da realização do componente financeiro referente à restituição de créditos de Pis/Pasep e Cofins aos consumidores. Em 2020 comparado com 2019, o Lajida teve um acréscimo de 4,1%, que decorre, principalmente, da realização do componente financeiro referente à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores, somada ao aumento da receita com uso da rede relacionada a clientes livres e receita com transação no Mecanismo de Venda de Excedentes.

A variação do saldo de caixa de 2021 comparada com 2020 decorre principalmente da amortização de dívida e do maior dispêndio de recursos com compra de energia e encargos de uso da rede básica de transmissão ainda não incluídos no reajuste tarifário, com os efeitos sendo registrados como ativos de CVA. A variação do saldo de

caixa em 2020, comparado a 2019, deve-se à liberação de R\$1,2 bilhão em depósitos judiciais ocorrida em fevereiro de 2020 e o depósito de R\$1,4 bilhão da Conta-Covid ocorrido a partir de julho de 2020.

A variação na dívida líquida na comparação de 2021 com 2020 decorre da variação no saldo de caixa da companhia conforme explicação do parágrafo anterior. A variação na dívida líquida na comparação de 2020 com 2019 decorre do aumento de caixa e equivalentes. O indicador dívida líquida/Lajida de 2021 indica que 1,19 ano de geração de caixa operacional (Lajida) seria suficiente para quitar o saldo devedor. O indicador dívida líquida/Lajida de 2020 indicava que 0,81 ano de geração de caixa operacional (Lajida) seriam suficientes para quitar o saldo devedor, inferior ao de 2019, o qual indicava que 2,48 anos seriam suficientes. Estas variações decorrem, principalmente, de um Lajida mais robusto ao longo dos anos de 2019, 2020 e 2021, da redução da dívida no período e de um caixa mais expressivo. Estes índices são constantemente acompanhados pela Administração em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros. Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia estão apresentadas nos itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

Conforme gráfico abaixo, a dívida total de R\$4.247 milhões está bem distribuída nos próximos anos, com 39,82% vencendo em 2 anos e com prazo médio de 3,1 anos:



Os Diretores da Cemig D entendem que há plenas condições da Companhia quitar ou refinar sua dívida de curto prazo, uma vez que tem sido bem-sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinar sua dívida. Além disso, a liberação de R\$1,2 bilhão em depósitos judiciais ocorrida em fevereiro de 2020 e o depósito de R\$1,4 bilhão da Conta-Covid ocorrida a partir de agosto de 2020 melhoraram a liquidez da Companhia para honrar seus compromissos de curto prazo.

O passivo circulante era de R\$6.660 milhões em 31 de dezembro de 2021, de R\$5.563 milhões em 31 de dezembro de 2020 e de R\$4.711 milhões em 31 de dezembro de 2019. Estas variações decorreram, entre outras, do melhor resultado da Companhia e dos valores de PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores em 2021 comparado com 2020, que geraram uma maior declaração de dividendos e JCP e dos valores de PIS/Pasep

e Cofins a serem restituídos a consumidores em 2020 comparado a 2019. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos, fornecedores, impostos e encargos regulatórios.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a empresa tem capacidade não somente de pagar suas dívidas, mas também de manter o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas, empregados e, também, garantir os seus investimentos.

(d) Fontes de financiamento utilizadas para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes

As operações da Companhia são financiadas por meio da geração de caixa dos negócios, captações no mercado de capitais, mediante emissões de debêntures, e pela contratação de financiamentos de longo prazo.

A seguir, estão descritas as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas pela Companhia, nos exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019:

- Em 2021, a Companhia não efetuou nenhuma captação de recursos, ainda com reflexos dos eventos de liquidez ocorridos em 2020 (depósitos judiciais e conta-covid), associados à melhoria da sua eficiência operacional. Diante desse cenário, não foi necessário acessar o mercado de capitais, seja para alongamento de prazo, emissão de títulos imobiliários para eventual equilíbrio de estrutura de capital, ou financiamento de investimentos, mesmo com o cenário hidrológico adverso.
- Em 2020, a Companhia não efetuou nenhuma captação de recursos, sobretudo em função da liberação de depósitos judiciais ocorrida em fevereiro de 2020, no montante de R\$1,2 bilhão, e do valor recebido pela Conta-Covid, no montante de R\$1,4 bilhão, associados à melhoria da sua eficiência operacional, otimização das curvas de Capex e Opex, que resultaram em um caixa suficiente para honrar com as obrigações operacionais, de investimento e de financiamento, restando ainda um colchão de liquidez para enfrentamento das incertezas geradas pela pandemia. Observou-se, ainda, que do início da pandemia até o final do terceiro trimestre de 2020, o mercado de dívida estava bastante seletivo, com spreads maiores e volumes ofertados menores, comparativamente às fontes de financiamento antes da pandemia. Tal movimento veio se revertendo no quarto trimestre, contudo, sem representar uma oportunidade efetiva para a Companhia. Diante desse cenário, nenhum movimento de *liability management* foi efetuado, seja para alongamento de prazo, redução do custo da dívida e emissão de títulos mobiliários para eventual equilíbrio de estrutura de capital, ou financiamento de investimentos.
- Em julho de 2019, a Companhia realizou a sua 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no volume de R\$3,66 bilhões, em 2 (duas) séries, sendo a 1ª série, com prazo de 5 (cinco) anos, no volume de R\$2,16 bilhões, pagando juros remuneratórios de CDI+0,454% a.a., e a 2ª série, com prazo de 7 (sete) anos, no volume de R\$1,5 bilhão, pagando atualização monetária pelo IPCA acrescida de juros remuneratórios de 4,10% a.a., perfazendo um custo médio equivalente estimado em 108,61% do CDI a.a.. A Companhia utilizou os recursos basicamente para os pré-pagamentos integrais dos saldos devedores da 9ª emissão de notas promissórias, com vencimento final em outubro de 2019, da 6ª emissão de debêntures simples, com vencimento final em junho de 2020, da 5ª emissão de debêntures simples, com vencimento final em junho de 2022, e de Cédulas de Crédito Bancário, com vencimentos finais em junho de 2022, totalizando R\$3,64 bilhões em principal, juros e encargos.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia é uma subsidiária integral da CEMIG, sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, está sujeita às regras de contingenciamento de crédito do setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas limitações impostas pela Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017, que revogou a Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, bem como de sua alteração promovida pela Resolução nº 4.964, de 25 de novembro de 2021, emitidas pelo Banco Central do Brasil, cabem à Companhia as seguintes opções de captação:

- Empréstimos bancários, nos limites estabelecidos pelas referidas Resoluções;
- Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (*debêntures, commercial papers, eurobonds*, quotas de fundos de recebíveis);
- Financiamento para importação;
- Financiamento de agências multilaterais;
- Financiamentos de órgãos de fomento; e
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros

Os Diretores entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o seu custo médio ponderado de capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimentos aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela sua relevância para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- Aproveitar as condições favoráveis de mercado. Momentos de alta liquidez nos mercados de dívida, oferecem recursos abundantes e mais baratos e devem ser aproveitados para tornar viável a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- Manter alongado o cronograma de amortização da dívida. Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo.
- Reduzir o custo financeiro. Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ele é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados.
- Otimizar a exposição à moeda estrangeira. Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que contem com uma proteção (*hedge*), já que a receita da Companhia é exclusivamente em moeda local.

- Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de *rating* e dos credores. Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes, pois definem parâmetros para atestar a sua qualidade de crédito e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de dívida preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhes o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador das atividades da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da distribuição.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Valores em R\$ milhões

Ano	Dívida bruta	Dívida líquida	Prazo médio (anos)	Custo médio (nominal)	Custo médio (real)	Rating Nacional Fitch/S&P/Moody's
2019	5.795	5.450	3,9	7,48%	3,08%	A+/A+/Baa1
2020	5.097	1.862	3,4	7,02%	2,40%	AA-/A+/A1
2021	4.247	3.637	3,1	13,34%	2,93%	AA+/AA+/AA-*

* Equivalente a “Aa3” na metodologia anterior da Moody's, que alterou sua escala em 2021 no âmbito nacional.

Essas alterações verificadas na comparação da dívida bruta entre os exercícios de 2020 e 2021 decorreram das amortizações ocorridas ao longo do ano e a alteração entre os exercícios de 2019 e 2020 decorreram também dos pré-pagamentos de dívidas além dos pagamentos ordinários de dívidas ao longo do ano.

Conforme visto na tabela acima, o custo nominal e o real da dívida da Companhia aumentaram no ano de 2021. Isto é reflexo das condições do mercado e da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros CDI e na taxa de inflação IPCA. O expressivo aumento da taxa CDI impactou diretamente nas nossas taxas reais e o aumento da inflação teve impacto no nosso custo nominal.

Os Diretores da Companhia destacam que as principais agências internacionais de classificação de risco continuaram o seu processo de elevação dos ratings da Cemig D. Em janeiro de 2021, a Standard & Poor's elevou o rating da Companhia na escala nacional para AA+ e na escala global para BB-. Em junho de 2021, a Moody's elevou o rating da Companhia na escala nacional para AA- e na escala global reafirmou o rating em Ba3, e em outubro de 2021, a Fitch elevou o rating da Companhia na escala nacional para AA+ e na escala global para BB. Esses resultados alcançados demonstram nossa preocupação com uma contínua melhoria da nossa classificação pelas agências de rating o que resultou na melhor classificação de risco da Companhia e da Cemig Holding na história, pela escala nacional.

Em 31 de dezembro de 2021, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: CDI (31,8% do total), IPCA (68,1% do total).

A análise dos indicadores da tabela abaixo reforça a qualidade de crédito satisfatória da Companhia.

	Em 31 de dezembro de	2021	2020	2019
Endividamento do Patrimônio Líquido ⁽¹⁾		2,54	3,18	4,17
Dívida Líquida / Lajida ⁽²⁾		1,19	0,81	2,48
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) ⁽³⁾		34,4%	23,6%	53,7%

Fonte: Companhia

(1) Endividamento do Patrimônio Líquido: total do passivo (circulante e não circulante) / patrimônio líquido

(2) Lajida: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12.

(3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa menos TVM.

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, estão apresentadas nos itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

i. Contratos de empréstimo e financiamento

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 (valores expressos em R\$ mil):

Financiadores	2021						2020	2019
	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não circulante	Total	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA								
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$				11.725	18.051
Dívida em moeda estrangeira							11.725	18.051
MOEDA NACIONAL								
Eletrobrás				3.267	2.380	5.647	9.058	20.268
Grandes Consumidores (2)							-	5.582
Dívida em moeda nacional				3.267	2.380	5.647	9.058	25.850
Total de empréstimos e financiamentos				3.267	2.380	5.647	20.783	43.901
MOEDA NACIONAL								
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (3)	2021	IPCA + 4,70%	R\$				587.956	1.108.945
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	323.437	824.028	1.147.465	1.035.247	990.893
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (3)	2024	CDI + 0,454%	R\$	545.933	810.000	1.355.933	1.891.927	2.164.083
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (3)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	3.364	1.756.264	1.759.628	1.587.924	1.519.042
(-) Deságio na emissão de debêntures (4)					-15.002	-15.002	-18.300	-21.606
(-) Custos de transação				-747	-5.763	-6.510	-8.297	-10.336
Total de debêntures				871.987	3.369.527	4.241.514	5.076.457	5.751.021
Total geral				875.254	3.371.907	4.247.161	5.097.240	5.794.922

(1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R\$233.931, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R\$222.206. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;

(2) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%). Em 31/03/2020, o saldo desses aportes foi reclassificado para Outros Credores (Clientes);

(3) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;

(4) Deságio na 7ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série.

Não há contratos em moeda estrangeira na Companhia.

Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 (para fins deste Formulário de Referência, foram considerados relevantes os contratos cujo saldo devedor, em 31 de dezembro de 2021, eram superiores a R\$50 milhões):

ii. Debêntures e Contratos de Crédito Bancário

Em 22 de julho de 2019, a Companhia concluiu a distribuição de sua 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no volume de R\$3,66 bilhões, em duas séries, sendo a 1ª série, com prazo de 5 (cinco) anos, no volume de R\$2,16 bilhões, pagando juros remuneratórios de CDI+0,454% a.a., e a 2ª série, com prazo de 7 (sete) anos, no volume de R\$1,5 bilhão, pagando atualização monetária pelo IPCA acrescida de juros remuneratórios de 4,10% a.a., perfazendo um custo médio equivalente estimado em 108,61% do CDI a.a.. A Companhia utilizou os recursos basicamente para os pré-pagamentos integrais dos saldos devedores da 9ª emissão de notas promissórias, com vencimento final em outubro de 2019, da 6ª emissão de debêntures simples, com vencimento final em junho de 2020, da 5ª emissão de debêntures simples, com vencimento final em junho de 2022, e de Cédulas de Crédito Bancário, com vencimentos finais em junho de 2022, totalizando R\$3,64 bilhões em principal, juros e encargos. O saldo devedor dessa dívida em 31 de dezembro de 2021 era de R\$3,09 bilhões.

Em março de 2013, a Companhia concluiu a sua 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 2.160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, com valor nominal unitário de R\$1 mil na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2013, totalizando R\$2.160 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Companhia emitidas em julho de 2012 e dezembro de 2012, respectivamente, pelo seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios, e aos investimentos na infraestrutura de distribuição. Foram emitidas 410.817 debêntures da primeira série a 100% do CDI + 0,69% a.a., 1.095.508 debêntures da segunda série a IPCA + 4,70% e 653.675 debêntures da terceira série a IPCA + 5,10%, com prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, 8 (oito) anos e 12 anos a contar da data de emissão, respectivamente. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2021 era de R\$1,15 bilhões.

iii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, além daquelas já descritas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iv. Grau de subordinação entre as dívidas

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial da Companhia, há ordem de preferência quanto ao pagamento das obrigações, prevista e resguardada nos termos da Lei 11.101 de 9 de fevereiro de 2005. Determinadas dívidas foram contratadas com garantia real e, portanto, têm preferência sobre outras dívidas da Companhia em caso de falência, até o limite da garantia real constituída.

Praticamente toda a dívida da Companhia conta com garantia corporativa da CEMIG, por meio de aval e fiança e cerca de 73% das dívidas são garantidas também por recebíveis.

v. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação aos limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

- A 7ª emissão de debêntures conta com *covenants* financeiros restritivos que limitam a capacidade de endividamento da Companhia, bem como da CEMIG, conforme a seguir:

Dívida Líquida / Lajida		
Período	CEMIG	CEMIG D
31-12-2019	3,5x	3,8x
30-06-2020	3,5x	3,5x
31-12-2020 em diante	3,0x	3,5x

A Companhia entende, entretanto, que a manutenção das iniciativas de desinvestimento da holding e consequente desalavancagem, bem como de eficiência operacional, assegurarão o cumprimento desses *covenants* financeiros.

- Em razão do processo de fiscalização promovido pela Aneel, foram recalculados os indicadores do Critério de Eficiência com relação à Continuidade dos Serviços para os períodos de janeiro de 2016 a maio de 2019, resultando em violação do limite anual global do indicador global de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC para os exercícios de 2016 e 2017. Considerando que o indicador DEC apurado para o exercício de 2019 também ultrapassou o limite global regulatório, aplicou-se a disposição prevista no art. 2º da Resolução Normativa Aneel 747/2016, que proíbe a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio quando estes valores, isoladamente ou em conjunto, superarem 25% do lucro líquido diminuído ou acrescido dos montantes destinados à Reserva Legal e Reserva para Contingências, prevista no art. 2º da Resolução Normativa Aneel 747/2016.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão da Cemig D foram atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Neste caso a Companhia fica isenta da obrigação mencionada acima a partir de 2022.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não tem limites de créditos contratados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021	AV%	2020	AV%	AH%
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	198.694	0,81	659.045	2,62	(69,85)
Títulos e valores mobiliários	342.243	1,39	2.104.119	8,37	(83,73)
Consumidores e revendedores	3.021.976	12,29	2.989.608	11,89	1,08
Concessionários – transporte de energia	264.910	1,08	257.540	1,02	2,86
Tributos compensáveis	1.907.198	7,75	1.483.677	5,90	28,55
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	45.363	0,18	128.539	0,51	(64,71)
Estoques	29.963	0,12	29.312	0,12	2,22
Contribuição de iluminação pública	233.315	0,95	179.406	0,71	30,05
Reembolso subsídios tarifários	287.420	1,17	82.616	0,33	247,90
Subvenção baixa renda	46.540	0,19	43.072	0,17	8,05
Ativos financeiros da concessão	1.221.433	4,97	-	-	-
Outros	161.923	0,66	135.835	0,54	19,21
Total do circulante	7.760.978	31,55	8.092.769	32,19	(4,10)
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	69.125	0,28	472.371	1,88	(85,37)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.656.651	6,74	1.747.020	6,95	(5,17)
Tributos compensáveis	1.197.692	4,87	2.888.626	11,49	(58,54)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	68.967	0,28	66.667	0,27	3,45
Depósitos vinculados a litígios	619.772	2,52	527.628	2,10	17,46
Consumidores e revendedores	-	-	120.041	0,48	-
Concessionários - transporte de energia	48.148	0,20	34.085	0,14	41,26
Outros créditos	13.352	0,05	13.865	0,06	(3,70)
Ativos financeiros da concessão	1.609.844	6,54	662.739	2,64	142,91
Ativos de contrato	1.926.652	7,83	1.141.599	4,54	68,77
Intangíveis	9.449.638	38,42	9.207.269	36,62	2,63
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	176.809	0,72	166.344	0,66	6,29
Total do não circulante	16.836.650	68,45	17.048.254	67,81	(1,24)
Ativo total	24.597.628	100,00	25.141.023	100,00	(2,16)

	2021	AV%	2020	AV%	AH%
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	875.254	3,56	1.181.014	4,70	(25,89)
Fornecedores	2.019.994	8,21	1.783.607	7,09	13,25
Impostos, taxas e contribuições	226.823	0,92	234.490	0,93	(3,27)
Salários e encargos sociais	141.428	0,57	138.444	0,55	2,16
Encargos regulatórios	499.178	2,03	267.696	1,06	86,47
Participação dos empregados e administradores no resultado	87.116	0,35	73.691	0,29	18,22
Obrigações pós-emprego	244.559	0,99	213.283	0,85	14,66
Contribuição de iluminação pública	357.106	1,45	304.869	1,21	17,13
Passivos financeiros setoriais da concessão	51.359	0,21	231.322	0,92	(77,80)
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	916.961	3,73	309.434	1,23	196,33
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	704.025	2,86	448.019	1,78	57,14
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	49.261	0,20	38.521	0,15	27,88
Outros	486.829	1,98	338.794	1,35	43,69
Total do circulante	6.659.893	27,08	5.563.184	22,13	19,71
Não Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.371.907	13,71	3.916.226	15,58	(13,90)
Provisões	1.203.590	4,89	1.246.762	4,96	(3,46)
Obrigações pós-emprego	3.928.836	15,97	4.433.298	17,63	(11,38)
Encargos regulatórios	197.457	0,80	234.237	0,93	(15,70)
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	2.132.289	8,67	3.569.837	14,20	(40,27)
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	141.751	0,58	139.241	0,55	1,80
Outros	19.239	0,08	16.607	0,07	15,85
Total do não circulante	10.995.069	44,70	13.556.208	53,92	(18,89)
Total do passivo	17.654.962	71,78	19.119.392	76,05	(7,66)
Patrimônio líquido					
Capital social	5.371.998	21,84	5.371.998	21,37	-
Reservas de lucros	3.404.039	13,84	2.653.670	10,56	28,28
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.833.371)	(7,45)	(2.004.037)	(7,97)	(8,52)
Total do patrimônio líquido	6.942.666	28,22	6.021.631	23,95	15,30
Total do passivo e do patrimônio líquido	24.597.628	100,00	25.141.023	100,00	(2,16)

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2021 em comparação a 2020 são como segue:

Reembolso subsídios tarifários

- Aumento de 247,90% em relação ao exercício anterior devido, principalmente, ao reconhecimento dos subsídios que a Companhia tem a receber para custear o “Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica”, vigente de setembro a dezembro de 2021, reembolsados através dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS). O programa foi criado para incentivar os consumidores a economizarem energia em razão do momento crítico de escassez hídrica, sendo uma medida emergencial do governo para garantir a continuidade e segurança do fornecimento de energia elétrica no país. Para os consumidores que reduziram o consumo nos meses de setembro a dezembro de 2021, de tal forma que a soma do consumo de energia elétrica nesses meses ficou entre 10% e 20% menor em relação ao mesmo período do ano anterior, foi concedido um bônus de R\$0,50 por quilowatt-hora (kWh) do total da energia economizada. A bonificação foi informada na primeira fatura recebida após o cálculo do consumo referente ao mês de dezembro de 2021 e creditada como abatimento na fatura subsequente.

Títulos e valores mobiliários

- Redução de 83,73% no curto prazo e 85,37% no longo prazo, ao compararmos com o exercício anterior, devido, principalmente, ao aumento no custo da energia elétrica comprada para revenda, nos tributos e encargos setoriais, bem como pelo pagamento da dívida da Cemig D em fevereiro de 2021, eventos estes que não tiveram caixa suficiente para cobrir, levando ao resgate de títulos.

Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar

- Aumento de 196,33% em relação ao exercício anterior, devido, principalmente à limitação imposta à Companhia em 2020, quando teve sua distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio limitada a 25% do lucro líquido diminuído ou acrescido dos montantes destinados à Reserva Legal e Reserva para Contingências, prevista no Art. 2º da Resolução Normativa Aneel 747/2016, uma vez que o indicador global de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC para os anos de 2016, 2017 e 2019 não foi atendido.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Comparação das demonstrações de resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021	AV%	2020	AV%	AH%
Receita	22.344.681	100,00	16.511.662	100,00	35,33
Custos operacionais					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	(11.446.699)	(51,23)	(8.160.921)	(49,43)	40,26
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(3.405.996)	(15,24)	(1.799.091)	(10,90)	89,32
	(14.852.695)	(66,47)	(9.960.012)	(60,32)	49,12
Custos					
Pessoal e administradores	(644.268)	(2,88)	(683.963)	(4,14)	(5,80)
Materiais	(47.864)	(0,21)	(45.867)	(0,28)	4,35
Serviços de terceiros	(1.091.225)	(4,88)	(939.471)	(5,69)	16,15
Amortização	(592.053)	(2,65)	(563.136)	(3,41)	5,13
Provisões operacionais, líquidas	(47.326)	(0,21)	(137.011)	(0,83)	(65,46)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição	(1.802.361)	(8,07)	(1.384.334)	(8,38)	30,20
Outros	(58.872)	(0,26)	(52.900)	(0,32)	11,29
	(4.283.969)	(19,17)	(3.806.682)	(23,05)	12,54
Custo total	(19.136.664)	(85,64)	(13.766.694)	(83,38)	39,01
Lucro bruto	3.208.017	14,36	2.744.968	16,62	16,87
Despesa operacional					
Despesas com vendas	(130.175)	(0,58)	(135.265)	(0,82)	(3,76)
Despesas gerais e administrativas	(434.976)	(1,95)	(430.193)	(2,61)	1,11
Outras despesas operacionais, líquidas	(279.930)	(1,25)	(556.611)	(3,37)	(49,71)
	(845.081)	(3,78)	(1.122.069)	(6,80)	(24,69)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	2.362.936	10,57	1.622.899	9,83	45,60
Receitas financeiras	657.355	2,94	520.191	3,15	26,37
Despesas financeiras	(664.887)	(2,98)	(511.223)	(3,10)	30,06
Resultado antes dos impostos	2.355.404	10,54	1.631.867	9,88	44,34
Imposto de renda e contribuição social correntes	(632.400)	(2,83)	(430.401)	(2,61)	46,93
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(22.463)	(0,10)	88	-	-
Lucro líquido do exercício	1.700.541	7,61	1.201.554	7,28	41,53

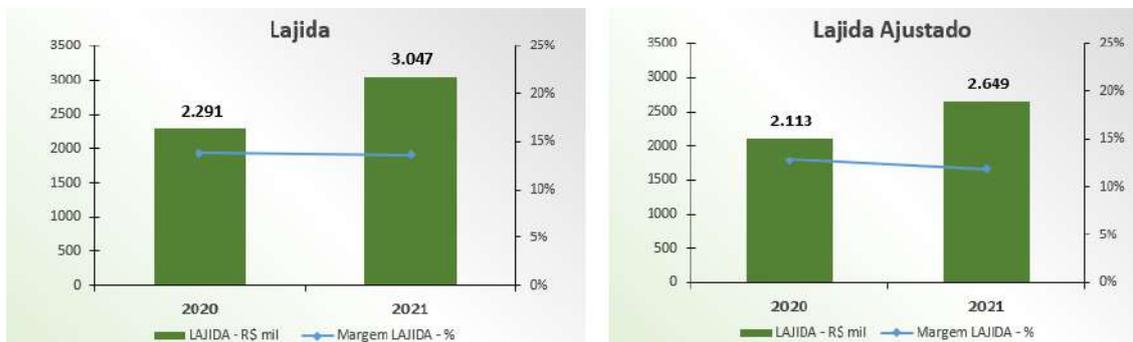
Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - R\$ milhões	2021	2020	Var %
Lucro líquido do exercício	1.701	1.202	41,51
Despesa com imposto de renda e contribuição social	655	430	52,33
Resultado financeiro líquido	8	(9)	-
Amortização	683	668	2,25
= Lajida (1)	3.047	2.291	33,00
Reversão das perdas esperadas com créditos do Estado de Minas Gerais (líquida das constituições)	-	(178)	-
Reversão de provisões tributárias	(89)	-	-
Baixa do saldo da obrigação pós emprego do seguro de vida (Nota 20)	(309)	-	-
= Lajida ajustado (2)	2.649	2.113	25,37

1

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

(2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinários.



O Lajida aumentou 33,00% em 2021 em comparação a 2020, enquanto a margem do Lajida passou de 13,88% em 2020 para 13,64% em 2021. O Lajida Ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes aumentou 25,37% no exercício de 2021, em comparação ao exercício de 2020, enquanto a sua margem passou de 12,80% em 2020 para 11,86% em 2021.

O aumento do Lajida em 2021 decorre, principalmente, do aumento de 35,33% na receita líquida do exercício em função da melhora do consumo residencial e comercial, da realização do componente financeiro referente à restituição de créditos de Pis/Pasep e Cofins aos consumidores e da maior constituição de CVA em 2021, que foram parcialmente compensados pelo aumento dos custos com energia elétrica comprada para revenda e encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$199 milhões, em comparação a R\$659 milhões em 31 de dezembro de 2020, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real.

Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2021 totalizou R\$587 milhões comparado a uma geração de caixa líquido de R\$5.457 milhões em 2020. A menor geração de caixa em 2021 decorre, basicamente, do maior dispêndio de recursos com compra de energia e encargos de uso da rede básica de transmissão ainda não incluídos no reajuste tarifário, com os efeitos sendo registrados como ativos de CVA, além da realização do componente financeiro referente à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores.

Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento em 2021 totalizou R\$376 milhões, comparativamente ao consumo de caixa de R\$3.819 milhões em 2020. Essa variação decorre, principalmente, do resgate líquido de recursos em títulos e valores mobiliários de R\$2.165 milhões em 2021, enquanto tivemos uma aplicação líquida de R\$2.466 milhões em 2020.

Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento

O fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento em 2021 totalizou R\$1.423 milhões, comparado ao caixa consumido de R\$1.213 milhões em 2020. O consumo de caixa pelas atividades de financiamento em 2020 e 2019 decorre, basicamente, do pagamento de empréstimos e financiamentos adquiridos no passado.

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020	AV%	2019	AV%	AH%
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	659.045	2,62	234.346	0,96	181,23
Títulos e valores mobiliários	2.104.119	8,37	109.960	0,45	1.813,53
Consumidores e revendedores	2.989.608	11,89	3.021.551	12,40	(1,06)
Concessionários – transporte de energia	257.540	1,02	242.229	0,99	6,32
Tributos compensáveis	1.483.677	5,90	29.101	0,12	4.998,37
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	128.539	0,51	235.745	0,97	(45,48)
Estoques	29.312	0,12	31.408	0,13	(6,67)
Contribuição de iluminação pública	179.406	0,71	164.971	0,68	8,75
Reembolso subsídios tarifários	82.616	0,33	93.673	0,38	(11,80)
Subvenção baixa renda	43.072	0,17	29.582	0,12	45,60
Ativos financeiros da concessão	-	-	640.161	2,63	-
Outros	135.835	0,54	174.431	0,72	(22,13)
Total do circulante	8.092.769	32,19	5.007.158	20,56	61,62
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	472.371	1,88	305	0,00	154.775,74
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.747.020	6,95	1.741.544	7,15	0,31
Tributos compensáveis	2.888.626	11,49	5.141.553	21,11	(43,82)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	66.667	0,27	-	-	-
Depósitos vinculados a litígios	527.628	2,10	1.766.042	7,25	(70,12)
Consumidores e revendedores	120.041	0,48	711	0,00	16.783,40
Concessionários - transporte de energia	34.085	0,14	70.412	0,29	(51,59)
Outros créditos	13.865	0,06	37.562	0,15	(63,09)
Ativos financeiros da concessão	662.739	2,64	701.164	2,88	(5,48)
Ativos de contrato	1.141.599	4,54	740.044	3,04	54,26
Intangíveis	9.207.269	36,62	8.938.620	36,70	3,01
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	166.344	0,66	212.948	0,87	(21,89)
Total do não circulante	17.048.254	67,81	19.350.905	79,44	(11,90)
Ativo total	25.141.023	100,00	24.358.063	100,00	3,21

	2020	AV%	2019	AV%	AH%
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.181.014	4,70	902.949	3,71	30,80
Fornecedores	1.783.607	7,09	1.534.689	6,30	16,22
Impostos, taxas e contribuições	234.490	0,93	192.731	0,79	21,67
Salários e encargos sociais	138.444	0,55	130.861	0,54	5,79
Encargos regulatórios	267.696	1,06	283.361	1,16	(5,53)
Participação dos empregados e administradores no resultado	73.691	0,29	150.970	0,62	(51,19)
Obrigações pós-emprego	213.283	0,85	201.241	0,83	5,98
Contribuição de iluminação pública	304.869	1,21	251.809	1,03	21,07
Passivos financeiros setoriais da concessão	231.322	0,92	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	309.434	1,23	822.183	3,38	(62,36)
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	448.019	1,78	-	-	-
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	38.521	0,15	64.034	0,26	(39,84)
Outros	338.794	1,35	176.492	0,72	91,96
Total do circulante	5.563.184	22,13	4.711.320	19,34	18,08
Não Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.916.226	15,58	4.891.973	20,08	(19,95)
Provisões	1.246.762	4,96	1.221.151	5,01	2,10
Obrigações pós-emprego	4.433.298	17,63	4.359.058	17,90	1,70
Encargos regulatórios	234.237	0,93	101.968	0,42	129,72
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	3.569.837	14,20	4.193.329	17,22	(14,87)
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	139.241	0,55	157.160	0,65	(11,40)
Outros	16.607	0,07	13.896	0,06	19,51
Total do não circulante	13.556.208	53,92	14.938.535	61,33	(9,25)
Total do passivo	19.119.392	76,05	19.649.855	80,67	(2,70)
Patrimônio líquido					
Capital social	5.371.998	21,37	5.371.998	22,05	-
Reservas de lucros	2.653.670	10,56	1.329.789	5,46	99,56
Ajustes de avaliação patrimonial	(2.004.037)	(7,97)	(1.993.579)	(8,18)	0,52
Total do patrimônio líquido	6.021.631	23,95	4.708.208	19,33	27,90
Total do passivo e do patrimônio líquido	25.141.023	100,00	24.358.063	100,00	3,21

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2020 em comparação a 2019 são como segue:

Tributos compensáveis

- Aumento de R\$1.454 milhões no saldo de curto prazo devido, basicamente, ao deferimento pela Receita Federal, em 12 de maio de 2020, do pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da Companhia, na qual era questionada a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins. A Companhia optou pela recuperação dos créditos tributários por meio de compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, dentro do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, tendo iniciado as compensações no mês de maio de 2020.

Títulos e valores mobiliários

- Aumento de R\$2.466.225 milhões, considerando curto e longo prazo, em decorrência, principalmente, da entrada de recursos da Conta-Covid, em 31 de julho de 2020, somada à entrada de recursos pelo levantamento do depósito judicial referente à ação que questionava a incidência de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, em 13 de fevereiro de 2020.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Comparação das demonstrações de resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020	AV%	2019	AV%	AH%
Receita	16.511.662	100,00	15.918.741	100,00	3,72
Custos operacionais					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	(8.160.921)	(49,43)	(7.516.878)	(47,22)	8,57
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(1.799.091)	(10,90)	(1.458.939)	(9,16)	23,32
	(9.960.012)	(60,32)	(8.975.817)	(56,39)	10,96
Custos					
Pessoal e administradores	(683.963)	(4,14)	(674.042)	(4,23)	1,47
Materiais	(45.867)	(0,28)	(51.067)	(0,32)	(10,18)
Serviços de terceiros	(939.471)	(5,69)	(901.917)	(5,67)	4,16
Amortização	(563.136)	(3,41)	(532.842)	(3,35)	5,69
Provisões operacionais, líquidas	(137.011)	(0,83)	(894.736)	(5,62)	(84,69)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição	(1.384.334)	(8,38)	(936.332)	(5,88)	47,85
Outros	(52.900)	(0,32)	(65.123)	(0,41)	(18,77)
	(3.806.682)	(23,05)	(4.056.059)	(25,48)	(6,15)
Custo total	(13.766.694)	(83,38)	(13.031.876)	(81,86)	5,64
Lucro bruto	2.744.968	16,62	2.886.865	18,14	(4,92)
Despesa operacional					
Despesas com vendas	(135.265)	(0,82)	(199.142)	(1,25)	(32,08)
Despesas gerais e administrativas	(430.193)	(2,61)	(447.411)	(2,81)	(3,85)
Outras despesas operacionais, líquidas	(556.611)	(3,37)	(692.528)	(4,35)	(19,63)
	(1.122.069)	(6,80)	(1.339.081)	(8,41)	(16,21)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	1.622.899	9,83	1.547.784	9,72	4,85
Receitas financeiras	520.191	3,15	1.534.795	9,64	(66,11)
Despesas financeiras	(511.223)	(3,10)	(632.406)	(3,97)	(19,16)
Resultado antes dos impostos	1.631.867	9,88	2.450.173	15,39	(33,40)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(430.401)	(2,61)	(843.008)	(5,30)	(48,94)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	88	-	37.201	0,23	(99,76)
Lucro líquido do exercício	1.201.554	7,28	1.644.366	10,33	(26,93)

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - milhões	2020	2019	Var %
Resultado do exercício	1.202	1.644	(26,89)
Despesa (benefício) de IR e contribuição social	430	806	(46,65)
Resultado financeiro líquido	(9)	(902)	(99,00)
Amortização	668	652	2,45
Lajida	2.291	2.200	4,14

O Lajida aumentou 4,14% em 2020 em comparação a 2019, enquanto a margem do Lajida passou de 13,82% em 2019 para 13,88% em 2020.

O aumento do Lajida em 2020 decorre, principalmente, da realização do componente financeiro referente à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores, somada ao aumento da receita com uso da rede relacionada a clientes livres e receita com transação no Mecanismo de Venda de Excedentes.

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$659 milhões, em comparação a R\$234 milhões em 31 de dezembro de 2019, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real.

Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2020 totalizou R\$5.457 milhões comparado a uma geração de caixa líquido de R\$1.214 milhões em 2019. Essa maior geração de caixa em 2020 decorre, principalmente, dos valores recebidos no ano, referentes à Conta-Covid, de R\$1.404 milhões, além dos valores levantados de depósitos judiciais referentes à ação do PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, no valor de R\$1.186 milhões. Adicionalmente, em 2020 a Companhia iniciou a compensação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com os impostos federais a pagar, o que fez com que ocorresse menor saída de caixa para pagamento de impostos, tendo sido de R\$38 milhões em 2020, comparados a R\$894 milhões pagos em 2019.

Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2020 e 2019 totalizou, respectivamente, R\$3.819 milhões e R\$548 milhões. Os investimentos em ativos da concessão foram de R\$1.353 milhões em 2020 na comparação com R\$916 milhões em 2019. Adicionalmente, ocorreu uma aplicação líquida de recursos em títulos e valores mobiliários de R\$2.466 milhões em 2020 na comparação aos resgates líquidos de R\$368 milhões em 2019.

Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento

O fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento em 2020 totalizou R\$1.213 milhões, comparado ao caixa consumido de R\$883 milhões em 2019. O consumo de caixa pelas atividades de financiamento em 2020 e 2019 decorre, basicamente, do pagamento de empréstimos e financiamentos em montante superior às novas captações de recursos.

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Ativo	2019	AV%	2018	AV%	AH%
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	234.346	0,96	451.304	2,39	(48,07)
Títulos e valores mobiliários	109.960	0,45	408.769	2,16	(73,10)
Consumidores e revendedores	3.021.551	12,40	2.859.862	15,12	5,65
Concessionários – transporte de energia	242.229	0,99	195.122	1,03	24,14
Tributos compensáveis	29.101	0,12	53.841	0,28	(45,95)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	235.745	0,97	165.061	0,87	42,82
Estoques	31.408	0,13	26.826	0,14	17,08
Contribuição de iluminação pública	164.971	0,68	149.098	0,79	10,65
Reembolso subsídios tarifários	93.673	0,38	82.470	0,44	13,58
Subvenção baixa renda	29.582	0,12	30.232	0,16	(2,15)
Ativos financeiros da concessão	640.161	2,63	646.874	3,42	(1,04)
Outros	174.431	0,72	210.189	1,11	(17,01)
Total do circulante	5.007.158	20,56	5.279.648	27,91	(5,16)
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	305	0,00	56.199	0,30	(99,46)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.741.544	7,15	1.334.421	7,05	30,51
Tributos compensáveis	5.141.553	21,11	181.663	0,96	2.730,27
Depósitos vinculados a litígios	1.766.042	7,25	1.707.668	9,03	3,42
Consumidores e revendedores	711	0,00	711	0,00	-
Concessionários - transporte de energia	70.412	0,29	75.161	0,40	(6,32)
Outros créditos	37.562	0,15	43.814	0,23	(14,27)
Ativos financeiros da concessão	701.164	2,88	829.562	4,39	(15,48)
Ativos de contrato	740.044	3,04	518.162	2,74	42,82
Intangíveis	8.938.620	36,70	8.890.070	46,99	0,55
Operações de arrendamento mercantil- direito de uso	212.948	0,87	-	-	-
Total do não circulante	19.350.905	79,44	13.637.431	72,09	41,90
Ativo total	24.358.063	100,00	18.917.079	100,00	28,76

	2019	AV%	2018	AV%	AH%
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16.548	0,07	506.434	2,68	(96,73)
Debêntures	886.401	3,64	994.181	5,26	(10,84)
Fornecedores	1.534.689	6,30	1.199.055	6,34	27,99
Impostos, taxas e contribuições	192.731	0,79	297.725	1,57	(35,27)
Salários e encargos sociais	130.861	0,54	193.052	1,02	(32,21)
Encargos regulatórios	283.361	1,16	369.284	1,95	(23,27)
Participação dos empregados e administradores no resultado	150.970	0,62	51.281	0,27	194,40
Obrigações pós-emprego	201.241	0,83	181.862	0,96	10,66
Contribuição de iluminação pública	251.809	1,03	281.362	1,49	(10,50)
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	822.183	3,38	267.435	1,41	207,43
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	64.034	0,26	-	-	-
Outros	176.492	0,72	229.299	1,21	(23,03)
Total do circulante	4.711.320	19,34	4.570.970	24,16	3,07
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	27.353	0,11	1.087.314	5,75	(97,48)
Debêntures	4.864.620	19,97	3.675.479	19,43	32,35
Provisões	1.221.151	5,01	439.889	2,33	177,60
Obrigações pós-emprego	4.359.058	17,90	3.220.182	17,02	35,37
Impostos, taxas e contribuições	436	0,00	24.923	0,13	(98,25)
Encargos regulatórios	101.968	0,42	119.176	0,63	(14,44)
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	4.193.329	17,22	1.123.680	5,94	273,18
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	157.160	0,65	-	-	-
Outros	13.460	0,06	13.108	0,07	2,69
Total do não circulante	14.938.535	61,33	9.703.751	51,30	53,95
Total do passivo	19.649.855	80,67	14.274.721	75,46	37,65
Patrimônio líquido					
Capital social	5.371.998	22,05	2.771.998	14,65	93,80
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	2.600.000	13,74	-
Reservas de lucros	1.329.789	5,46	545.856	2,89	143,62
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.993.579)	(8,18)	(1.275.496)	(6,74)	56,30
Total do patrimônio líquido	4.708.208	19,33	4.642.358	24,54	1,42
Total do passivo e do patrimônio líquido	24.358.063	100,00	18.917.079	100,00	28,76

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2019 em comparação a 2018 são como segue:

Tributos compensáveis

- Aumento de R\$4.960 milhões no saldo de longo prazo devido, basicamente, ao crédito reconhecido pelo êxito em ação judicial na qual a Companhia questionava a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins.

Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar

- Aumento de R\$555 milhões em decorrência do melhor resultado da Companhia no ano de 2019, gerando maior distribuição de dividendos e JCP.

Provisões

- Aumento de R\$781 milhões nas obrigações de longo prazo em função, principalmente, do reconhecimento em 2019 de provisão tributária relativa a processos administrativos e judiciais instaurados contra a Companhia, nos quais se discute a incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de participações nos lucros e resultados (PLR) sem a pactuação prévia das metas de indicadores de produtividade.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	2019	AV%	2018	AV%	AH%
Receita	15.918.741	100,00	13.756.860	100,00	15,71
Custos operacionais					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	(7.516.878)	(47,22)	(7.237.526)	(52,61)	3,86
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(1.458.939)	(9,16)	(1.463.469)	(10,64)	(0,31)
	<u>(8.975.817)</u>	<u>(56,39)</u>	<u>(8.700.995)</u>	<u>(63,25)</u>	<u>3,16</u>
Custos					
Pessoal e administradores	(674.042)	(4,23)	(744.158)	(5,41)	(9,42)
Materiais	(51.067)	(0,32)	(37.236)	(0,27)	37,14
Serviços de terceiros	(901.917)	(5,67)	(772.772)	(5,62)	16,71
Amortização	(532.842)	(3,35)	(528.545)	(3,84)	0,81
Provisões operacionais, líquidas	(894.736)	(5,62)	(24.835)	(0,18)	3.502,72
Custo de construção de infraestrutura de distribuição	(936.332)	(5,88)	(756.964)	(5,50)	23,70
Outros	(65.123)	(0,41)	(55.517)	(0,40)	17,30
	<u>(4.056.059)</u>	<u>(25,48)</u>	<u>(2.920.027)</u>	<u>(21,23)</u>	<u>38,90</u>
Custo total	(13.031.876)	(81,86)	(11.621.022)	(84,47)	12,14
Lucro bruto	2.886.865	18,14	2.135.838	15,53	35,16
Despesa operacional					
Despesas com vendas	(199.142)	(1,25)	(270.722)	(1,97)	(26,44)
Despesas gerais e administrativas	(447.411)	(2,81)	(481.158)	(3,50)	(7,01)
Outras despesas operacionais, líquidas	(692.528)	(4,35)	(445.453)	(3,24)	55,47
	<u>(1.339.081)</u>	<u>(8,41)</u>	<u>(1.197.333)</u>	<u>(8,70)</u>	<u>11,84</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	1.547.784	9,72	938.505	6,82	64,92
Receitas financeiras	1.534.795	9,64	433.976	3,15	253,66
Despesas financeiras	(632.406)	(3,97)	(620.874)	(4,51)	1,86
Resultado antes dos impostos	2.450.173	15,39	751.607	5,46	225,99
Imposto de renda e contribuição social correntes	(843.008)	(5,30)	(214.606)	(1,56)	292,82
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.201	0,23	(2.131)	(0,02)	(1.845,71)
Lucro líquido do exercício	1.644.366	10,33	534.870	3,89	207,43

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - milhões	2019	2018	Var %
Resultado do exercício	1.644	535	207,29
Despesa (benefício) de IR e contribuição social	806	217	271,43
Resultado financeiro líquido	(902)	187	-
Amortização	652	595	9,58
Lajida	2.200	1.534	43,42

O crescimento do Lajida em 2019 em comparação a 2018 deve-se, principalmente, ao reconhecimento de receita, no montante de R\$830 milhões, resultante do êxito em ação na qual a Companhia questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins.

Em linha com o crescimento do Lajida, a margem do Lajida passou de 11,15% em 2018 para 13,82% em 2019.

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$234 milhões, em comparação a R\$451 milhões em 31 de dezembro de 2018, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real.

Fluxo de caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2019 totalizou R\$1.190 milhões comparado a um consumo de caixa líquido de R\$760 milhões em 2018. Essa geração de caixa decorre, principalmente, do aumento do resultado registrado pela Companhia e da relação entre os custos não gerenciáveis e os recebimentos tarifários, observada a partir do comportamento da Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros. Em 2018, a despesa com energia elétrica verificada foi maior, em função principalmente da baixa dos níveis dos reservatórios, com conseqüente queda no armazenamento do sistema e acionamento de termelétricas, resultando na elevação do preço da energia.

Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2019 e 2018 totalizou, respectivamente, R\$548 milhões e R\$896 milhões. Os investimentos em ativos da concessão foram de R\$916 milhões em 2019 na comparação com R\$728 milhões em 2018. Em contrapartida, ocorreu uma aplicação líquida de recursos em títulos e valores mobiliários de R\$167 milhões em 2018 na comparação aos resgates líquidos de R\$368 milhões em 2019.

Fluxo de caixa consumido (gerado) pelas atividades de financiamento

O fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento em 2019 totalizou R\$859 milhões, comparado ao caixa gerado de R\$1.586 milhões em 2018. O consumo de caixa pelas atividades de financiamento em 2019 decorre, basicamente, do pagamento de empréstimos e financiamentos em montante superior às novas captações de recursos. No exercício de 2018, ocorreu um adiantamento para futuro aumento de capital de R\$1.100 milhões.

10.3

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

2021

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária em 2021.

2020

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária em 2020.

2019

Aumento de Capital Social

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de agosto de 2019 aprovou a conversão do adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, no valor de R\$2.600.000.000,00 (dois bilhões e seiscentos milhões de reais) em capital social. Desta forma, o capital social da Companhia passou de R\$2.771.997.787,65 (dois bilhões, setecentos e setenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) representado por 2.359.113.452 (dois bilhões, trezentos e cinquenta e nove milhões, cento e treze mil, quatrocentos e cinquenta e duas) ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, para R\$5.371.997.787,65 (cinco bilhões, trezentos e setenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) sendo mantidos o número e características das ações.

10.4

(a) Mudanças Significativas nas Práticas Contábeis:

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2) / IFRS 16, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez de determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data. As principais alterações estão descritas a seguir:

CPC 15 (R1)/ IFRS 03: As alterações auxiliam as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Esclarece que para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos devem incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo que, em conjunto, contribui significativamente para criação de output. Adicionalmente, um negócio pode existir sem incluir todos os inputs e processos necessários para criar outputs. Também introduziu um teste de concentração de valor justo opcional. As alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação.

CPC 26 (R1)/ IAS 1 e IAS 8: Alteram a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” e esclarecem alguns aspectos desta definição.

CPC 38/ IAS 39, CPC 40 (R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 09 – “Reforma da Taxa de juros de Referência”: As revisões ao CPC 38 e CPC 48 proporcionam uma série de mitigações, que se aplicam à relação de proteção que é diretamente impactada pela reforma de taxa de juros de referência. A relação de proteção é impactada se a reforma causa incertezas sobre o momento e/ou o montante do fluxo de caixa baseados na taxa de juros de referência do item protegido ou do instrumento de hedge.

CPC 06(R2)/ IFRS 16: concede a opção aos arrendatários de não aplicar o guia do CPC 06 (R2) para contabilização de modificações de contrato que decorrem de benefícios relacionados à pandemia Covid-19. Como expediente prático, o arrendatário poderá optar por não avaliar se uma concessão de benefício decorrente da pandemia de Covid-19 é uma modificação de contrato. O arrendatário que fizer essa opção, deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido de acordo com as regras previstas no CPC 06 (R2) para mudanças que não são consideradas modificação do contrato de arrendamento.

Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - *Conceptual Framework for Financial Reporting*: A Estrutura Conceitual não é um pronunciamento propriamente dito e os seus conceitos não se sobrepõem àqueles previstos nos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB. O objetivo da Estrutura Conceitual é auxiliar no desenvolvimento de pronunciamentos, orientar os preparadores de demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes quando não houver nenhum pronunciamento aplicável, além de assistir todas as partes no entendimento e interpretação dos pronunciamentos. Essas alterações impactarão as entidades que desenvolvem suas políticas contábeis com base na Estrutura conceitual, cuja revisão inclui alguns novos conceitos, atualização de definições e critérios de reconhecimento para ativos e passivos, além de esclarecer algumas questões importantes.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

Adoção de novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2019

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos

pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia efetuou a análise da aplicação inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotou as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor.

Dentre as formas de adoção previstas na norma, a Companhia optou pela adoção do método retrospectivo modificado, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16/CPC 06 (R2), não rerepresentará informações e saldos em base comparativa.

A Companhia efetuou uma avaliação detalhada dos impactos da adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2) com base nos seguintes contratos afetados:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia considerou o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial, sendo os impactos da adoção da IFRS 16/CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 apresentado a seguir:

	01/01/2019
Ativo - Direito de uso	261.332
Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	(261.332)

IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação entrou em vigor para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia adotou a interpretação a partir desta data e analisou os tratamentos tributários adotados que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que

potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia teve alteração no que se refere à expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias e, portanto, nenhum efeito relevante foi identificado em decorrência da adoção deste pronunciamento.

Pronunciamentos técnicos revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019:

Os seguintes pronunciamentos técnicos foram revisados:

- IAS 12/CPC 32: estabelece as regras para reconhecimento dos efeitos tributários sobre o rendimento dos dividendos distribuíveis. Essa alteração não impacta as demonstrações financeiras da Companhia, tendo em vista a legislação tributária brasileira aplicável a suas transações;
- IAS 19/CPC 33: altera o momento da remensuração do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido para quando ocorre a determinação do custo do serviço passado ou o ganho ou a perda na liquidação, utilizando-se de valor justo dos ativos do plano e premissas atuariais que reflitam os benefícios oferecidos em conformidade com o plano e os ativos do plano, antes e após a alteração, redução ou liquidação do plano, bem como a utilização da taxa de desconto e do valor do passivo (ativo líquido) após a alteração, redução ou liquidação do plano na determinação dos juros líquidos pelo restante do período de relatório anual. As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não houve nenhuma alteração, restrições ou liquidações no plano durante o exercício.

Outros pronunciamentos técnicos foram revisados, porém sem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

10.6

(a) Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
- iv. Contratos de construção não terminada;
- v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem compra de energia elétrica e outros.

Os valores informados pela Companhia, como obrigações contratuais, demonstrados na tabela a seguir, não estão integralmente incluídos no balanço patrimonial por não possuírem todas as características necessárias para o reconhecimento como passivo. Uma obrigação contratual não é reconhecida nas demonstrações contábeis quando o contrato não foi integralmente cumprido ou não apresenta condições para reconhecimento da despesa correspondente ou mesmo de um ativo relacionado.

As obrigações contratuais descritas na tabela abaixo são decorrentes de contratos com as características acima descritas:

	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Compra de energia elétrica de Itaipu	1.530.224	1.576.776	1.576.776	1.576.776	1.576.776	31.535.528	39.372.856
Transporte de energia elétrica de Itaipu	215.389	218.223	222.040	158.810	91.641	429.448	1.335.551
Compra de energia - leilão	3.823.036	3.340.834	3.553.197	3.356.128	3.032.771	44.839.384	61.945.350
Compra de energia elétrica - Contratos bilaterais	332.019	332.019	332.929	222.207	67.634	53.629	1.340.437
Cotas das usinas Angra 1 e Angra 2	255.726	262.724	264.873	264.149	264.149	5.314.059	6.625.680
Cotas de garantias físicas	852.214	709.374	668.480	563.124	477.272	10.599.840	13.870.304
	<u>7.008.608</u>	<u>6.439.950</u>	<u>6.618.295</u>	<u>6.141.194</u>	<u>5.510.243</u>	<u>92.771.888</u>	<u>124.490.178</u>

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui outros itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras, que não tenham sido informados anteriormente.

10.7

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.6 deste Formulário de Referência, cuja natureza e montante ainda não foram registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia.

O impacto que tais obrigações podem ter nos resultados está demonstrado na tabela do item 10.6 deste Formulário de Referência, para cada exercício social e será reconhecido mensalmente no resultado, de acordo com sua realização.

No caso das despesas futuras com compra e transporte de energia, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda e transporte dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro em função dessas operações.

(b) Natureza e o propósito da operação

Para uma descrição sobre a natureza e propósito de cada operação, vide item “10.6” deste Formulário de Referência.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Para uma descrição do montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência das operações não evidenciadas em nossas Demonstrações Financeiras, vide item 10.6 deste Formulário de Referência.

10.8

(a) Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A CEMIG D tem dispendido recursos para realizar os investimentos necessários para atender as exigências da ANEEL, para melhorar a eficiência de sistema elétrico, atender a novos consumidores e mitigar passivos ambientais.

Nos próximos 3 (três) anos, a CEMIG D deverá investir cerca de **R\$ 8.268,75 milhões**, conforme demonstrado a seguir:

Atividade	(Valores em R\$ milhões)	2022	2023	2024	Total
Programa Básico (1)		3.225,75	2.471,00	2.572,00	8.268,75
Distribuição		3.225,75	2.471,00	2.572,00	8.268,75
Total Geral (1)		3.225,75	2.471,00	2.572,00	8.268,75

- (1) Valores estimados, arredondados, em moeda corrente, contemplando os investimentos para expandir, modernizar e tornar mais robusta a rede de distribuição. Tais investimentos incluem itens como: reformas físicas em ativos existentes; expansão do atendimento a clientes; reforços e operação de sistemas elétricos; segurança de pessoas e instalações; meio ambiente; modernização plataformas e infraestrutura de apoio, abrangendo instalações prediais, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, segurança patrimonial e industrial, telecomunicações, sistemas de informática, microinformática e veículos.
- (2) A informação constante na tabela acima não inclui os desembolsos com pesquisa e desenvolvimento e com eficiência energética (tratados pelas áreas responsáveis) exigidos das empresas do setor elétrico, cujos recursos, cobrados na tarifa, são administrados em programas administrados à parte pelas empresas.
- (3) Os montantes planejados para os anos de 2022, 2023 e 2024 não incluem investimentos em aquisições e outros projetos não remunerados pela autoridade concedente, que não são reconhecidos nos cálculos de tarifas feitos pela ANEEL (Agente regulador).

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia espera realizar os investimentos acima descritos por meio de recursos próprios, emissão de títulos e valores mobiliários e empréstimos bancários para refinanciamento de dívidas.

iii. Desinvestimentos relevantes

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Investimentos em Distribuição de Energia Elétrica

Os investimentos em distribuição, no ano de 2021, somaram aproximadamente R\$1.646,4 milhões.

A CEMIG D tem uma previsão de fortalecimento do seu programa de investimentos, em linha com o planejamento estratégico do Grupo CEMIG, com a expectativa de investimentos entre R\$2,5 bilhões e R\$3,5

bilhões ao ano, o que terá reflexos positivos na base de remuneração regulatória da CEMIG D e consequente aumento da receita.

Esse maior investimento da CEMIG D também terá impactos positivos na melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica e redução dos custos com manutenção, tendo em vista a maior confiabilidade do sistema elétrico, e modernização dos canais de atendimento, com foco no cliente.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

Em 2021 a CEMIG D investiu mais de R\$8,9 milhões em 26 (vinte e seis) projetos de P&D, em diversos temas, destacando-se os seguintes projetos:

- Análise de Arranjo Técnico e Comercial baseado em uma Planta Piloto de Sistema Distribuído de Armazenamento de Energia em Alimentador Crítico da Rede de Distribuição 13,8 kV;
- COD do Futuro - Plataforma hyper-vision de consciência situacional espaço-tempo integrada baseada em Inteligência Artificial para Operação da Distribuição;
- Sistema de Gerenciamento de Recursos Energéticos Distribuídos - Sigred;
- PLAID-UNIVERCEMIG DIGITAL: plataforma digital para capacitação e treinamento de pessoal na área de Operação do Sistema Elétrico da CEMIG;

10.9

Responsabilidade Social

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Cemig é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local.

Alguns projetos de destaque no ano de 2021 são:

Programa de subvenção e apadrinhamento: O programa de apadrinhamento consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente via depósito bancário. Em 2021, cerca de 174 instituições receberam aproximadamente R\$61 milhões em doações.

Programa AI6%: o programa incentiva empregados a repassarem até 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2021 do AI6% envolveu a participação de 1.300 empregados que, voluntariamente, destinaram R\$1 milhão, com o intuito de beneficiar cerca de 20.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos por 157 instituições participantes. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. O valor investido pela Companhia foi de aproximadamente R\$1,3 milhão. No total, foram destinados R\$2,3 milhões para entidades distribuídas em 79 municípios da área de influência da Cemig.

Programa de Voluntariado Empresarial: o programa engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. O voluntariado empresarial é reconhecido no mundo corporativo como uma importante ferramenta para melhoria do clima organizacional e desenvolvimento de habilidades, além de contribuir para a melhoria da sociedade, imagem e reputação das empresas.

O Programa Você tem como finalidade estimular e difundir a solidariedade e o trabalho voluntário dos empregados, a fim de promover o desenvolvimento humano e contribuir com o bem-estar das comunidades onde atua. O Programa está estruturado para potencializar as ações do voluntariado em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social. Com esse objetivo a Cemig vem investindo em projetos que beneficiam jovens de comunidades, alunos de escolas públicas e mulheres em situação de risco social.

Unidos pela Vacina: O Movimento Unidos Pela Vacina nasceu com o objetivo de tornar viável a vacinação de todos os brasileiros contra Covid-19 até setembro de 2021. A Cemig aderiu ao movimento, composto por diversas empresas, entidades e sociedade civil organizada, que teve como objetivo adotar municípios, apoiando no fornecimento de insumos, logística e materiais para auxiliar no processo de vacinação. Entre as várias ações realizadas, a Cemig disponibilizou veículos e pessoal para contribuir com a iniciativa. No total foram 329 voluntários que disponibilizaram 1.391 horas auxiliando na aceleração da vacina.

Em 2021, o Programa de Voluntariado divulgou um total de 28 ações, entre elas, ações assistencialistas, informativas, doações de itens, doações financeiras, ações propostas pelos empregados e ações de transformação social. Participaram das ações como voluntários(as) 513 empregados, totalizando mais de 2.000 horas de atuação voluntária pela força de trabalho do Grupo Cemig.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a maior incentivadora de cultura em Minas Gerais e uma das maiores do país. Em 2021, a Companhia investiu R\$19,2 milhões para patrocinar 39 projetos culturais. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

A experimentação também está aliada ao negócio da empresa que, além de trabalhar com fontes de energia limpas e de matrizes energéticas sustentáveis, busca continuamente a inovação, aliada à pesquisa e ao desenvolvimento.

Buscar novas formas de energia fez a empresa diversificar seu portfólio e, hoje, além da energia hidroelétrica, a Cemig investe em energias como a eólica, a solar, o gás natural e, por que não, a Energia da Cultura.

Saúde

No ano de 2021, a Companhia investiu R\$9,5 milhões, em diferentes regiões de Minas Gerais, onde foram atendidas 18 unidades hospitalares, envolvendo a substituição de autoclaves, secadoras e focos cirúrgicos, além da instalação de usinas fotovoltaicas.

Em função da pandemia de Covid-19, a empresa aderiu ao programa Unidos pela Vacina, movimento que reúne empresas, associações, ONG's e entidades da sociedade civil com a finalidade de tornar viável vacinar toda a população brasileira. A Cemig está doando a 424 cidades mineiras, insumos que ajudam na organização do processo de imunização, beneficiando cerca de 7 milhões de habitantes residentes nestes municípios. Os equipamentos doados foram câmaras frias, refrigeradores tipo *frost free*, caixas térmicas de poliuretano e freezers horizontais, dentre outros.

Os voluntários da Cemig também levaram técnicos de saúde das prefeituras para vacinar idosos acamados e população em zona rural e locais de difícil acesso, os veículos da empresa foram utilizados para apoiar essa ação.

Esportes

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig lançou chamada pública em 2021 para selecionar projetos voltados à prática de esporte, aptos à captação de recursos via Leis Federal ou Estadual de Incentivo ao Esporte. Foram recebidos 173 projetos ao todo

(116 do edital federal e 57 do edital estadual), tendo sido destinados aproximadamente R\$2 milhões para os projetos mais bem avaliados.

Fundo do Idoso

No contexto do aumento da longevidade e conseqüente maior representatividade na população das pessoas acima de 60 anos, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Cemig, também, o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual dos Idosos do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Em 2021, foi lançado edital de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais. Foram recebidos 48 projetos, tendo sido destinados aproximadamente R\$1,3 milhão para os projetos mais bem avaliados.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 31 às demonstrações financeiras, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia e na sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, que envolvem e incluem também alguns de seus executivos. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Infraestrutura da concessão

Conforme divulgado nas notas explicativas 12, 13 e 14 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado ativo financeiro, ativo de contrato e intangível da concessão nos montantes de R\$ 683.729 mil, R\$1.926.652 mil e R\$9.449.638 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da diretoria. Durante o ano de 2021, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão o montante de R\$ 1.802.361 mil. Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão também impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro da concessão, que representa a parcela dos investimentos efetuados pela Companhia que não será completamente amortizada ao final do prazo de concessão, e será indenizada pelo poder concedente.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes, e a comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria.

Como parte de nossos procedimentos recalculamos também o valor do ativo financeiro registrado pela Companhia e confrontamos os inputs relacionados ao cálculo com informações externas de mercado e critérios estabelecidos pelo poder concedente, além de avaliar as variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 12, 13 e 14, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 31 às demonstrações financeiras, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia e na sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig. Ao final de 2020, os órgãos de governança da sua controladora autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos e apurar alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) sobre eventuais irregularidades em processos licitatórios de compras. Adicionalmente, em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado e encaminhado às autoridades públicas o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquéritos instaurada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria tendo em vista o grau de julgamento e complexidade inerentes a estes processos de investigação interna e conduzidos por autoridades públicas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) análise do processo e controles implementados pela Companhia para identificação de descumprimento das leis e regulamentos (ii) revisão do relatório de investigação interna independente emitido por empresa especializada contratada pela Companhia; (iii) compreender e avaliar as principais ações da diretoria e dos órgãos de governança em relação a tais alegações; (iv) realizar discussões sobre o assunto junto ao Comitê de Auditoria, aos membros da Comissão de investigações (CEI), bem como com a área de Compliance e Auditoria Interna; (v) realizar testes de transações não usuais; (vi) envolvimento dos nossos profissionais de *forensics* para auxiliar em nossa avaliação dos procedimentos e conclusões da investigação interna ; e (vii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os procedimentos adotados e avaliação realizada pela diretoria, assim como as respectivas divulgações incluídas em nota explicativa 31, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

ANEXO 6

Candidatos indicados ao Conselho de Administração.

ICVM 480/09 – Anexo 24 – Itens 12.5 a 12.10

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
MEMBROS
Márcio Luiz Simões Utsch – Presidente
Jaime Leoncio Singer
Marcus Leonardo Silberman
José Reinaldo Magalhaes
Afonso Henriques Moreira Santos
Ricardo Menin Gaertner
Marcelo Gasparino da Silva
Roger Daniel Versieux
Paulo Cesar de Souza e Silva
José João Abdalla Filho
Anderson Rodrigues *

* Trata-se de conselheiro eleito pelos empregados em processo eleitoral próprio.

12.5	Márcio Luiz Simões Utsch	
a. nome		
b. data nascimento		09/02/1959
c. profissão		Advogado
d. CPF ou passaporte		220.418.776-34
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro de Administração
f. data de eleição		29.04.2022
g. data da posse		29.04.2022
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Conselheiro de Administração
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Sim – IBGC/Dow Jones
l. número de mandatos consecutivos		2
m. Informações sobre:		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Conselheiro de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG desde 25 de março de 2019; Presidente (CEO) Alpargatas S/A de 27 de outubro de 1997 a 31 de dezembro de 2018.	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Conselheiro da HapVida; Conselheiro do Martins; Conselheiro da SBF; Advisory Board: Bauducco e Grupo Mantiqueira.	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	É membro do Comitê de Estratégia e Finanças – COMEF (Não estatutário)	

<p>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</p>	<p>100% de participação nas reuniões do COMEF.</p>
<p>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p>	
<p>a. administradores do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>	
<p>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</p>	<p>Não</p>
<p>b. controlador direto ou indireto do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</p>	<p>Não</p>

12.5	Jaime Leoncio Singer	
a. nome		
b. data nascimento		03/01/1966
c. profissão		Economista
d. CPF ou passaporte		352.705.005-15
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro de Administração
f. data de eleição		29.04.2022
g. data da posse		29.04.2022
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Sim – Dow Jones
l. número de mandatos consecutivos		0
m. Informações sobre		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Executivo “C- Level” em Companhias de Capital Aberto (2013-2019) CIELO S.A. – Pagamentos/Adquirência (2016-2019); e MARFRIG GLOBAL FOODS - Alimentos/Agronegócio/Proteína Animal (2013-2015). Mandatos em curso: (i) Neoway – Soluções em Big Data e Inteligência Artificial (Ago 2021 – presente) - Membro do Conselho de Administração; (ii) Taesa– Transmissora A.de Energia Elétrica/Transmissão Energia Elétrica (Abr 2021 – presente) - Membro do Conselho de Administração indicado pela acionista Cemig, Coordenador do Comitê de Estratégia, Governança e Recursos Humanos; (iii) Naturgy/CEG – Infraestrutura/Distribuição de gás (Dez 2020 -presente) Membro Independente do Conselho de Administração; (iv) Transpetro-Logística/Infraestrutura e transporte de óleo e gás (Nov 2020 – presente) - Membro Independente do Conselho de Administração; (v) Adubos Araguaia – Fertilizantes, Sementes e Varejo (Nov 20 – Presente) - Membro Independente Conselho Consultivo; (vi) Centoflora – Fitofármacos (Abr 17 – presente) - Membro Independente Conselho Consultivo .	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não exerce	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo		

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Marcus Leonardo Silberman	
a. nome		
b. data nascimento		06/08/1962
c. profissão		Engenheiro
d. CPF ou passaporte		812.435.887-72
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro de Administração
f. data de eleição		29.04.2022
g. data da posse		29.04.2022
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Sim – IBGC/Dow Jones
l. número de mandatos consecutivos		0
m. Informações sobre:		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	1-Codemge - Conselho de Administracao, de Março 2021-Presente; 2- Itiquira Acquisition Corp (NASDAQ: ITQRU), Chief Financial Officer, de Fevereiro 2021-Presente; 3 - CH Global Capital, Sócio, de Abril 2019-Presente; 4 – Bank of America, Managing Director, Co-Head Latin America M&A, de Setembro 2014-Março 2019; 5 - Credit Suisse - Managing Director, Co-Head Emerging Markets M&A, Janeiro 2011-Setembro 2014; Managing Director, Head of Latin America M&A, Janeiro 2006 – Dezembro 2010, Director, M&A Group, January 2003 – Dezembro 2005; Vice-President, M&A Group, January 2000 – Dezembro 2002. .	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo		
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	É membro do Comitê de Estratégia e Finanças – COMEF (Não estatutário)	

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários ²⁵ , informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	José Reinaldo Magalhães	
a. nome		
b. data nascimento		06/01/1956
c. profissão		Economista
d. CPF ou passaporte		227.177.906-59
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro de Administração
f. data de eleição		29.04.2022
g. data da posse		29.04.2022
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Conselheiro de Administração
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Sim - Dow Jones
l. número de mandatos consecutivos		2
m. Informações sobre		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Conselheiro de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais desde 25 de março de 2019; Membro do Conselho de Administração da Jereissati Participações S.A. desde abril/2017.	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Conselheiro de Administração - Jereissati Participações S.A. – Setor Shopping Center	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	É membro do Comitê de Recursos Humanos – CRH e do Comitê de Estratégia e Finanças - COMEF (não estatutário)	

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Afonso Henriques Moreira Santos
a. nome	
b. data nascimento	01/04/1957
c. profissão	Engenheiro Eletricista
d. CPF ou passaporte	271.628.506-34
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	Sim – IBGC/Dow Jones
l. número de mandatos consecutivos	1
m. Informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Professor (aposentou-se como professor titular) da Universidade Federal de Itajubá de 02/01/1980 a 31/03/2016; Sócio/engenheiro (consultoria e projeto) da iX Estudos e Projetos Ltda. de 30/10/2007 a 30/04/2019; Conselheiro Light S.A/Conselho de Administração de 30 de abril de 2019 a 11 de dezembro de 2019.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Nenhum cargo de Administração.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	É membro do Comitê de Auditoria Estatutário.

<p>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</p>	<p>100%</p>
<p>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p>	
<p>a. administradores do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>	
<p>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</p>	<p>Não</p>
<p>b. controlador direto ou indireto do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</p>	<p>Não</p>

12.5	
a. nome	Ricardo Menin Gaertner
b. data nascimento	20/06/1975
c. profissão	Advogado
d. CPF ou passaporte	253.726.208-54
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Conselheiro de Administração
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	
l. número de mandatos consecutivos	0
m. Informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Desde JUN/2019, Sócio da BARBOSA E GAERTNER ADVOGADOS ASSOCIADOS * Investigações independentes em companhias, relacionadas a processos de IPO / private placement. * Montagem e revisões periódicas de programas de compliance. * Assessoria jurídico-regulatória em processos de revisão tarifárias de serviços públicos concedidos. * Modelagem jurídica de marcas próprias no varejo, envolvendo questões societárias, tributárias e contratuais. * M&A sell-side de gestora de recursos de terceiros. * Operações imobiliárias complexas. Presta serviços jurídicos-regulatórios para a Iguá Saneamento S.A., controladora de 18 concessionárias de serviços públicos de água e esgotamento sanitário. NOV/2019 – Consultor da FIPECAFI – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS * Processos de revisão tarifária de concessionárias de serviços públicos. * Processos de reequilíbrio econômico-financeiro de tarifas de serviços públicos. * Auditoria em contratos de concessão. * Modelagem jurídico-regulatória de processos de privatização de serviços públicos. Presta assessoria regulatória para a EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento. DIRETOR JURÍDICO da J&F INVESTIMENTOS S.A., de Mar/2014 – Out/2018 * Gestão de estrutura societária do Grupo J&F, com dezenas de entidades jurídicas, on-shore e off-shore, em diferentes linhas de negócio, incluindo financeiro, celulose, mídia, higiene e limpeza, infraestrutura, laticínios e calçados. * Gestão do relacionamento societário com os ativos investidos e com acionistas: assembleias, reuniões de conselho de administração, orientações de voto, conforme regras de governança, accountability, reports, demonstrações financeiras e auditorias independentes. * Aquisições primárias e secundárias de ativos de infraestrutura: (i) M&A buy-side de usina térmica; (ii) licitação para construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica; (iii) licitação para construção e operação de parques de energia eólica, com posterior execução de seguros down payment e performance bond; (iv) licitação para O&M de rodovia; e (v) licitação para concessão de serviços de saneamento básico. * Projeto greenfield no segmento financeiro de meios de pagamento. * Gestão de contencioso: (i) carteira de recuperação de crédito; (ii) contencioso ativo e passivo estratégico; (iii) arbitragens nacionais e internacionais ligadas a operações de M&A; (iv) trabalhista; e (v) contencioso de massa e metodologia de provisão de passivos. * M&A sell-side de controle de 2 ativos, e de stake não-controlador de 1 ativo, no segundo semestre de 2017, no valor total de USD3,5 Bi. * Ofertas públicas de alienação de controle e de delisting. * Operações jurídicas com mercado financeiro (crédito e seguro) e de capitais. * Gestão de crise:

	(i) ações populares e ações civis públicas; (ii) arbitragens societárias; (iii) relacionamento institucional com MPF e Poder Judiciário; (iv) comunicação corporativa; (v) investigações internas e auditorias shadow. PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Ago/2017 – Dez/2018 * Cumprimento das obrigações do acordo de leniência da J&F. * Programa de desinvestimento da J&F. * Negociação com acionistas de ativos relevantes. DIRETOR PRESIDENTE Ago/2017 – Nov/2017 * Homologação do acordo de leniência da J&F perante o Poder Judiciário. * Estabelecimento das Instruções iniciais para o cumprimento do acordo de leniência da J&F.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	n/a
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	n/a
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	Não

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Marcelo Gasparino da Silva
a. nome	
b. data nascimento	13/02/1971
c. profissão	Advogado
d. CPF ou passaporte	807.383.469-34
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Conselheiro de Administração
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	Sim – IBGC/DJSI
l. número de mandatos consecutivos	2
m. Informações sobre:	

<p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	<p>Advogado graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina e Especialista em Administração Tributária Empresarial pela ESAG. Treinamento executivo em fusões e aquisições na London Business School, e no CEO FGV (IBE/FGV/IDE). Professor da Fundação ENÁ – Escola de Governo para certificação de administradores de empresas estatais e sociedades de economia mista. Nos últimos 10 anos atua como conselheiro de administração independente em companhias abertas, com mais de 30 mandatos, sendo 6 anos como Presidente de Conselho de Administração. É Presidente do Conselho de Administração da ETERNIT desde 2017, Conselheiro de Administração VALE desde 2020, da CEMIG desde 2016 e membro do Conselho de Administração da PETROBRAS desde 2021. É Coordenador do Comitê de Sustentabilidade da VALE indicado por José Luciano Penido, até então coordenador e que foi eleito Chairman. É membro do Comitê de Finanças e Estratégia da CEMIG, Coordenador do Comitê de Geração Fotovoltaica da ETERNIT. É membro dos comitês de Investimentos, de Auditoria das empresas controladas do Conglomerado Petrobras e de Representates de Minoritários da Petrobras. Com passagens pelos setores mineração e siderurgia, óleo & gás, petroquímico, logística, geração, transmissão e distribuição de energia, distribuição de gás natural, transformação do aço, indústria de base, construção civil, coberturas para construção civil inclusive com geração fotovoltaica, armazenagem e saneamento básico adquiriu competências, capacidades e conhecimentos, skills que permitem contribuir nas mais diversas matérias e estratégias que são tratadas nos conselhos que participa, tais como turnaround, ESG, estrutura de capital, merger & acquisitions, venda de ativos non core, reestruturação financeira de companhias em crise, incluindo recuperação judicial, sucessão de executivos, questões jurídicas de alta complexidade e a liderança no enfrentamento que crises de impacto global como a COVID-19. É Conselheiro de Administração Certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC desde 2010. Iniciou sua carreira executiva como Diretor Jurídico-Institucional da CELESC (2007-2009); Foi Presidente do Conselho de Administração da USIMINAS durante o auge da crise econômica de 2015-16 em meio ao maior conflito societário brasileiro, com suas ações chegando a valer R\$ 0,85 em janeiro de 2016 e superando R\$ 4,00 em abril, após importante atuação do Conselho. Em abril de 2017, assumiu a Presidência do Conselho de Administração da ETERNIT para liderar seu turn around com a eleição de uma nova diretoria, mas no mesmo ano a Companhia sofreu importante revés em questão jurídica que banuiu o uso do Amianto Crisotila no Brasil, e que acabou dragando-a para um Processo de Recuperação Judicial a partir de 2018. Liderando o board no complexo momento atuou para que a Eternit buscasse um novo negócio na área de energia fotovoltaica, sendo lançadas as telhas fotovoltaicas Eternit Solar e a Tégula Solar, incluindo no seu portfólio produto com tecnologia e inovação. Nos últimos 12 meses a ETER3 foi uma das três ações que mais valorizaram na B3, e seus resultados, após 5 exercícios com prejuízo, tiveram os seguintes destaques: a. Pessoas-atenção e manutenção dos empregos; b. Lucro Líquido de R\$ 158.7mm; c. Receita Líquida com crescimento de 40%; d. Margem Bruta de 33%; e. Caixa Líquido de R\$ 14.8mm. A Eternit encerrará sua recuperação judicial em 2021. Foi membro dos conselhos de Administração da Bradespar (2015-16), Battistella (2016-17), Casan (2019), Celesc (2011-14 e 2018-19), Eletrobras (2012-14 e 2016), Eletropaulo (2016-18), Gasmig (2020-21), Kepler Weber (2017-20) Technisa (2012-14) e Usiminas (2012-16). Foi conselheiro fiscal da AES TIETÊ (2013-14), BRADESPAR (2014-15), BRASKEM (2018-19) e PETROBRAS (2018-21). Desde 2004, seu lançamento, é o mais antigo Consultor Externo do Prêmio Innovare (http://www.premioinnovare.com.br/). Exerceu a Advocacia por 15 anos, de 1995 a 2010.</p>
<p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.</p>	<p>Presidente do Conselho de Administração da Eternit S.A.; Conselheiro de Administração da Vale S.A.; Conselheiro Fiscal da Petróleo Brasileiro S.A. -Petrobrás</p>
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>	
<p>i. qualquer condenação criminal</p>	<p>Não</p>

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	É membro do Comitê de Estratégia e Finanças – COMEF (Não estatutário)
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Sim, Conselheiro de Administração da Gasmig de Junho/2020 a Fevereiro/2021.
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Paulo Cesar de Souza e Silva
a. nome	
b. data nascimento	08/10/1955
c. profissão	Economista
d. CPF ou passaporte	032.220.118-77
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	Sim – IBGC/DJSI
l. número de mandatos consecutivos	0
m. Informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Diretor Presidente Embraer - 1997-2019 Conselheiro Petrobras - 2020 - 2021 Conselheiro no Grupo Água Branca - desde 2019.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	É membro do Comitê de Recursos Humanos – CRH (Não estatutário)
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	
a. nome	Roger Daniel Versieux
b. data nascimento	20/02/1975
c. profissão	Advogado
d. CPF ou passaporte	000.072.546-36
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	Sim
l. número de mandatos consecutivos	0
m. Informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Advogado, há 21 anos, atuando em contencioso e consultoria em advocacia corporativa e pública, nas áreas do direito administrativo, ambiental, tributário e direito penal econômico, em especial, no setor minerário, infraestrutura e sindicatos; Assessor Jurídico concursado da Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural de Minas Gerais - EMATER-MG. (2005 à 2008), tendo atuado no âmbito do Direito Público, com ênfase em licitações, gestão de pessoas no quadro administrativo, contratos públicos e suporte jurídico à diretoria da empresa estatal; Advogado Sênior da Vale S/A (2013); Advogado dativo, desde o ano 2010, para pessoas hipossuficientes economicamente junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Professor concursado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. (2009 à 2013), tendo lecionado nas cadeiras de Processo Penal e Civil, Contratos, Direito Internacional Privado e Ética; Professor Responsável do Núcleo de Prática Jurídica da UFMS. (2010 à 2011); e Professor de Curso de Pós Graduação no Centro de Direito Internacional – Cedin, Belo Horizonte. (2016 e 2020).
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	Não
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	José João Abdalla Filho
a. nome	
b. data nascimento	30/05/1945
c. profissão	Economista
d. CPF ou passaporte	245.730.788-00
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	Sim – IBGC/DJSI
l. número de mandatos consecutivos	1
m. Informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Conselheiro de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG desde 25 de março de 2019; Diretor Presidente do Banco Clássico S.A. desde 1989; Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG; Diretor-Presidente da Dinâmica Energia S.A desde 2006.; Diretor-Presidente da J Jupem S.A. Participações e Empreendimentos desde 1995; Diretor-Presidente da Socal S.A. Mineração e Intercâmbio Comercial e Industrial desde 1982.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Banco Clássico S.A. – Presidente; Dinâmica Energia S.A. – Presidente; Jupem S.A. Participações e Empreendimentos – Presidente; Navegação Porto Morrinho S.A. – NPM – Presidente; Agro Imobiliária Primavera S.A – Presidente; Socal S.A. Min. Int. Coml. Industrial – Presidente; CEG – Cia. Distribuidora de Gás do RJ – Suplente do Conselho de Administração TAESA – Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	Não
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

ANEXO 7

Candidatos indicados ao Conselho Fiscal

ICVM 480/09 – Anexo 24 – Itens 12.5 a 12.10

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
Gustavo de Oliveira Barbosa	Igor Mascarenhas Eto
Fernando Scharlack Marcato	Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna
Elizabeth Jucá e Mello Jacomet	Fernando Passalio de Avelar
Michele da Silva Gonsales Torres	Ronaldo Dias
João Vicente Silva Machado	Ricardo José Martins Gimenez

12.5	Gustavo de Oliveira Barbosa	
a. nome		
b. data nascimento		13/11/1965
c. profissão		Contador
d. CPF ou passaporte		494.126.476-20
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro Fiscal
f. data de eleição		29.04.2022
g. data da posse		29.04.2022
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Sim – IBGC/DJSI
l. número de mandatos consecutivos		2
m. Informações sobre:		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.		Técnico Bancário Novo lotado na Superintendência Regional – segmento Pessoa Jurídica Pública na Caixa Econômica federal; Consultor na Barbosa & Mello Consultoria em 2019 e Secretário de Estado de Fazenda do Estado de Minas Gerais - 2019; Secretário de Estado de Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro de 2016 a 2018; Diretor Presidente do FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Rioprevidência de 2010 a 2016.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%	

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável.
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	
a. nome	Igor Mascarenhas Eto
b. data nascimento	23/11/1991
c. profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou passaporte	107.944.856-00
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	Sim – IBGC
l. número de mandatos cumpridos	1
m. Informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: - nome e setor de atividade da empresa - cargo - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Secretário de Estado de Governo de Minas Gerais - Gestão 2019 / 2022- Março/2020 até a presente data; Secretário Geral de Governo do Estado de Minas Gerais – Gestão 2019 /2022 - Janeiro/2019 – Março/2020; Coordenador de Administração Campanha Romeu Zema Governador –Agosto/ 2018 – Outubro/2018; Secretário de Finanças Partido NOVO – BH Abril/2017 até Abril/2019; Gerente de Projetos 2LM Consultoria e Treinamento - Belo Horizonte, MG – Março/2016 –Dezembro/ 2017 Líder de expansão partidária da RMBH – Agosto/2017 até agora; Palestrante oficial do Partido NOVO, palestrante de Liberalismo e Palestrante de empreendedorismo para jovens lideranças. Sócio Proprietário Pearson Consultoria e Gestão Estratégica - Belo Horizonte, MG de Janeiro/2018 até Agosto/2019; Sócio Proprietário Pearson Consultoria e Gestão Estratégica - Belo Horizonte, MG – Maio/2014 – Novembro/ 2016; Sócio Proprietário ArteClube Comunicação - Belo Horizonte, MG – Janeiro/ 2015 – Novembro/ 2016;
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	

i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	1%
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	
a. nome	Fernando Sharlack Marcato
b. data nascimento	04/02/1977
c. profissão	Advogado
d. CPF ou passaporte	265.227.628-03
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	Sim – IBGC/ DJSI
l. número de mandatos cumpridos	1
m. Informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>2020-actual: Secretaria do Governo do Estado de Minas Gerais – Secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade no Governo do Estado de Minas Gerais.</p> <p>2012-actual: Fundação Getúlio Vargas – Professor do curso de graduação na área de Direito Público e coordenador do Grupo de Estudos em PPPs, Concessões e Privatizações da Escola de Direito de São Paulo. Foi também Coordenador Acadêmico do primeiro Curso de especialização latu sensu sobre Direito da Infraestrutura, tendo organizado cursos da mesma natureza para a Procuradoria Geral do Estado da Bahia e a Associação Brasileira de Concessões Rodoviárias.</p> <p>2011-2020: GO Associados – Sócio fundador de consultoria especializada em infraestrutura e projetos multidisciplinares com foco na modelagem jurídica, econômico-financeira e técnica de PPPs, Concessões e Privatizações.</p>
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	78%
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna	
a. nome		
b. data nascimento		23/02/1977
c. profissão		Comunicação Social
d. CPF ou passaporte		016.833.347-36
e. cargo eletivo ocupado		Conselheira Fiscal
f. data de eleição		29.04.2022
g. data da posse		29.04.2022
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Sim – IBGC/ DJSI
l. número de mandatos cumpridos		1
m. Informações sobre:		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.		Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais Subsecretária de Estado de Educação do Rio de Janeiro
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	50%	

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Elizabeth Jucá e Mello Jacometti
a. nome	
b. data nascimento	08/07/1960
c. profissão	Economista
d. CPF ou passaporte	454.965.956-49
e. cargo eletivo ocupado	Conselheira Fiscal
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	Sim – IBGC/ DJSI
l. número de mandatos consecutivos	2
m. Informações sobre	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Secretária de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais desde 2019; Conselheira Fiscal da Minas Gerais Participações –MGI desde 2019; Servidor Público pela Prefeitura de Juiz de Fora, Técnico de nível superior III, de 1982 até 2018; Professora pela Faculdade Vianna Júnior desde 2008; Professora pelo Núcleo de Assessoramento, Treinamento e Estudos em Saúde da Universidade Fed, NATES/UFJF desde 2008.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Fernando Passalio de Avelar	
a. nome		
b. data nascimento		02/09/1979
c. profissão		Administrador de empresas
d. CPF ou passaporte		027.397.026-71
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro Fiscal
f. data de eleição		29.04.2022
g. data da posse		29.04.2022
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Sim –DJSI
l. número de mandatos cumpridos		1
m. Informações sobre:		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.		Secretário de Estado Adjunto de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais desde 2019; Subsecretário de Desenvolvimento Regional em 2019; Responsável pela governança em segundo nível das ações do IDENE coordenando as ações junto ao atual Diretor-Geral e Superintendente de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativismo de 2011 a 2016.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	1%	

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Michele da Silva Gonsales Torres	
a. nome		
b. data nascimento		25/11/1983
c. profissão		Advogada
d. CPF ou passaporte		324.731.878-00
e. cargo eletivo ocupado		Conselheira Fiscal
f. data de eleição		29.04.2022
g. data da posse		29.04.2022
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Sim – IBGC/DJSI
l. número de mandatos cumpridos		1
m. Informações sobre:		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	-Membro da Comissão de Compliance do Instituto dos Advogados de SP-IASP; -Membro da Comissão de Compliance da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB/SP; - Membro do Conselho Fiscal da Cemig- 2018/2019 e 2020/2022; - Membro do Conselho Fiscal da Light- 2019/2021; - Membro do Conselho Fiscal da Petrobras-2021/2022.	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Suplente de Conselho Fiscal Light S.A.	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável	

<p>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários²⁵, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p>	
<p>a. administradores do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>	
<p>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</p>	<p>Não</p>
<p>b. controlador direto ou indireto do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</p>	<p>Não</p>

12.5	
a. nome	Ronaldo Dias
b. data nascimento	09/12/1946
c. profissão	Contador
d. CPF ou passaporte	221.285.307-68
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	Sim – IBGC/DJSI
l. número de mandatos consecutivos	2
m. Informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Banco Clássico S.A. – Atualmente Auditor Interno e Diretor; Banco Clássico S.A. – Gerente Administrativo do Fundo Dinâmica Energia Membro Suplente do Conselho Fiscal da CEG, mandato com término em abril/2016 Membro Efetivo do Conselho Fiscal da CEMIG desde 2019
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	86%
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável

<p>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p>	
<p>a. administradores do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>	
<p>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</p>	<p>Não</p>
<p>b. controlador direto ou indireto do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</p>	<p>Não</p>

12.5	João Vicente Silva Machado
a. nome	
b. data nascimento	08/06/1983
c. profissão	Advogado
d. CPF ou passaporte	043.915.559-21
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	
l. número de mandatos consecutivos	0
m. Informações sobre	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Assessor jurídico em gabinetes da Primeira Câmara de Direito Público de novembro de 2007 a fevereiro de 2012; Assessor Correcional na Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina, de março de 2012 a fevereiro de 2014; Secretário Jurídico, cargo de chefia de Gabinete de Desembargador da Terceira Câmara de Direito Público do TJSC, de março de 2014 a outubro de 2015; Oficial de Gabinete, cargo de chefia, de Gabinete de Desembargador da Terceira Câmara de Direito Comercial do TJSC, de novembro de 2015 a fevereiro de 2017 e, desde então, assessor jurídico em gabinete de membro da Quarta Câmara de Direito Público do TJSC até julho de 2020; Em julho de 2020, exerceu cargos de Diretoria em empresas privada, além da advocacia empresarial, com foco em Governança Corporativa.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Membro do Conselho Fiscal da Eternit S.A. (2020-2022); Membro suplente do Conselho Fiscal da Tecnisa S.A. (2019-2020).
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	
a. nome	Ricardo José Martins Gimenez
b. data nascimento	25/12/1967
c. profissão	Advogado
d. CPF ou passaporte	103.381.768-61
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal
f. data de eleição	29.04.2022
g. data da posse	29.04.2022
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	
l. número de mandatos consecutivos	0
m. Informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	- Sócio patrimonial na ALFM – Alves Ferreira & Mesquita Sociedade de Advogados, desde julho de 2015, atuando como Advogado, Administrador e Financeiro, na Gerencia do RH; Controle do Ponto; Demissão e Admissão; - Administração financeira, folha de pagamento, controle do faturamento, contas à pagar e fluxo de caixa.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não